



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VERIDIANE CRISTINA BENATO

REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA DOCENTE NA REDE
ESTADUAL DO PARANÁ:
INDICADORES E RELAÇÃO COM A POLÍTICA AFIRMATIVA DA LEI
14.274/03

CURITIBA

2019

VERIDIANE CRISTINA BENATO

REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA DOCENTE NA REDE
ESTADUAL DO PARANÁ:
INDICADORES E RELAÇÃO COM A POLITICA AFIRMATIVA DA LEI
14.274/03

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino – Mestrado, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Cesar Vitoria Fagundes

CURITIBA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Benato, Veridiane Cristina.
Representação e identidade negra docente na Rede Estadual do
Paraná : indicadores e relação com a Política Afirmativa da Lei
14.274/03 / Veridiane Cristina Benato. – Curitiba, 2019.
86 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Mauricio Cesar Vitória Fagundes

1. Negros – Identidade racial. 2. Professores – Paraná. 3.
Pedagogo – Paraná. 4. Concursos públicos. 5. Cotas raciais. I.
Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E
PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

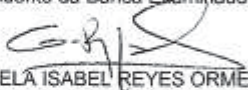
TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado Profissional de **VERIDIANE CRISTINA BENATO**, intitulada: **REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA DOCENTE NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ: INDICADORES E RELAÇÃO COM A POLÍTICA AFIRMATIVA DA LEI 14.274/03**, sob orientação do Prof. Dr. MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Setembro de 2019.


MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES
Presidente da Banca Examinadora


GABRIELA ISABEL REYES ORMÊNO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ)


LOURIVAL DE MORAES FIDELIS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ)

Sr. Henrique Stresser e Sra. Tereza de Freitas Stresser, eternamente grata pela oportunidade de vida e honra em conhecer o verdadeiro significado e sentido das palavras Pai e Mãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência.

Não posso deixar de agradecer à minha família e amigos, pelo apoio incondicional que me deram em especial minha filha Heloize: seu apoio foi fundamental para conclusão desta etapa, sua existência é o reflexo mais perfeito da existência de Deus.

Ao Prof. Dr. Mauricio Cesar Vitoria Fagundes, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora Prof.^a Dr.^a Gabriella Reys e Prof. Dr. Lourival Fidelis, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar nessa dissertação. À Gabriella agradeço ainda pelas conversas breves, porém importantíssimas.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada” (provérbio africano).

“O que importa não é conhecer o mundo, mas mudá-lo”
Frantz Fanon

RESUMO

A presente dissertação propôs uma análise acerca do processo de construção, consolidação e aplicação da primeira política pública específica para o acesso de pessoas autodeclaradas negras na disputa de vagas no serviço público, em específico os professores pedagogos, orientados a partir da Lei 14.274/2003 no Estado do Paraná. A referida Lei, proposta e aprovada no contexto das políticas afirmativas da década de 2000, desponta como uma ação de alcance estadual, mesmo antes da União regulamentar a política de cotas raciais no âmbito federal, através da Lei 12.990/2014. A reserva de 10% de vagas para afrodescendentes nos concursos públicos do Estado do Paraná, com enfoque nos professores pedagogos e pedagogas, uma vez que as questões que permeiam a temática, ainda são pouco referenciadas nas discussões e pesquisas acadêmicas e desta forma pouco representada no sistema de cotas. As questões centrais que sulearam a pesquisa foram: as características das relações raciais no Estado do Paraná, a conjuntura que possibilitou a aprovação da Lei 14.274/03 e sua efetividade. O presente trabalho foi desenvolvido a partir da contribuição teórica de autores como Freire, Fanon, Nilma Lino Gomes, bell hooks, Florestan Fernandes, dentre outros, e amparado em estudos regionais acerca da contribuição da política de cotas adotada pelo Estado do Paraná. Vale-se ainda de indicadores dos dados oficiais da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Como aparato metodológico que possa contemplar a questão, recorreu-se a uma produção de indicadores da amostra e ao uso da análise de conteúdo proposta por Bardin, de forma a subsidiar o conteúdo das falas dos entrevistados selecionados para a amostra, composta por professores e pedagogos autodeclarados negros, atuantes na rede de ensino da cidade de Curitiba e cidades circunvizinhas. As temáticas que deram origem às unidades de análise versaram sobre a promoção da identidade étnica e racial no serviço público a partir da referida lei; a relevância da política de cotas sob a ótica da população negra; e as repercussões da identidade negra dos professores entrevistados sobre as suas práticas docentes. Tais categorias são referenciadas às inferências do estudo, de modo a contribuir para a discussão acerca da temática e suscitar novos debates, compreendendo a dinamicidade das questões sociais em transformação.

Palavras-chave: Políticas afirmativas. Pedagogo(a). Identidade racial. Lei 14.274/03

ABSTRACT

The present dissertation proposed an analysis about the process of construction, consolidation and application of the first specific public policy for the access of self-declared black people in the public service vacancies dispute, specifically the pedagogical teachers, guided by Law 14.274 / 2003 in the State of Paraná. Appeared in the context of affirmative policies of the 2000s, it emerges as an action of state scope, even before the Union regulated the policy of racial quotas at the federal level, through Law 12.990 / 2014. The reserve of 10% of places for people of African descent in public competitions in the State of Paraná, focusing on teachers who teach, since the issues that permeate the theme, are still poorly referenced in academic discussions and research and thus poorly represented in the quota system. The central questions that guided the research were: the characteristics of race relations in the State of Paraná and the conjuncture that allowed the approval of Law 14.274 / 03 and its effectiveness. It was developed from the theoretical contribution of authors such as Freire, Fanon, Nilma Lino Gomes, bell hooks, Florestan Fernandes, among others and supported by regional studies about the contribution of the quota policy adopted by the State of Paraná. It also makes use of indicators from the official data of the Paraná State Department of Education. As a methodological apparatus that can address the issue, we resorted to a production of sample indicators and the use of content analysis proposed by Bardin, in order to subsidize the content of the speeches of the interviewees selected for the sample, composed of self-declared teachers. blacks, active in the school system of the city of Curitiba and surrounding cities. The themes that gave rise to the units of analysis dealt with the promotion of ethnic and racial identity in the public service based on this law; the relevance of quota policy from the perspective of the black population; and the repercussions of the black identity of the teachers interviewed about their teaching practices. These categories are referenced to the study's inferences, in order to contribute to the discussion about the theme and to raise new debates, understanding the dynamics of changing social issues.

Keywords: Affirmative policies. Pedagogue. Racial identity. Law 14,274 / 03

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da população por cor ou raça no Brasil - 2012-2016	29
Figura 1 - Análise de conteúdo aplicada no contexto do estudo	50
Figura 2 - Esquema de desenvolvimento geral do estudo	52
Gráfico 2 - Composição da amostra por sexo	56
Gráfico 3 - Composição da amostra por faixa etária	57
Figura 3 - Composição da amostra por Estado da Federação	58
Gráfico 4 - Composição da amostra por procedência da graduação	59
Gráfico 5 - Composição da amostra por procedência da pós-graduação	59

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população 2012-2016	29
Quadro 1 – Síntese dos estudos publicados no Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná	41
Tabela 2 – Número de professores pedagogos por município e cor/raça .	53
Tabela 3 – Levantamento de dados das entrevistas	54
Quadro 2 – Categorias não apriorísticas e unidade de análise	61
Quadro 3 – Categorias e unidades de análise a partir da entrevista com o proponente da Lei n.º14.274/2003	62

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AA	– Ação Afirmativa
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
NEAB UFPR	– Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEED	– Secretaria de Estado de Educação do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	AÇÕES E POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS E SUAS REPERCUSSÕES A PARTIR DA LEI 14.274/2003 NO ESTADO DO PARANÁ	21
2.1	CONCEITUAÇÃO DE AÇÕES COMPENSATÓRIAS, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E COTAS	21
2.2	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	24
2.3	PERCURSO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ESTADO DO PARANÁ	25
3	(IN)VISIBILIDADE, RESISTÊNCIA, DESCOLONIZAÇÃO E DINAMICIDADE SOCIAL: UM PERCURSO A PARTIR DE FLORESTAN FERNANDES, FRANTZ FANON, PAULO FREIRE, BELL HOOKS E NILMA LINO GOMES	32
4	PRODUÇÕES ACADÊMICAS CORRELATAS AO TEMA NO PERÍODO DE 2008 A 2018	41
5	PERCURSO METODOLÓGICO	46
5.1	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	47
5.2	A PESQUISA EM MOVIMENTO	49
5.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	50
6	O QUE DIZEM OS DADOS OFICIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ COTAS RACIAIS E COMO ESSES INDICADORES SE EVIDENCIAM NA AMOSTRA	53
6.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PEDAGOGOS	55
6.1.1	Sexo	56
6.1.2	Idade	56
6.1.3	Local de nascimento	57
6.1.4	Etnia	58
6.1.5	Formação acadêmica	58
6.2	O QUE DIZEM OS PEDAGOGOS PESQUISADOS SOBRE AS COTAS RACIAIS	60
6.2.1	Categorias apriorísticas	60

6.2.2	Categorias não-apriorísticas	61
6.3	INTERPRETAÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE	62
6.3.1	Promoção da diversidade étnico-racial com o advento da Lei 14.274/03	63
6.3.1.1	<i>Insuficiência das cotas para a garantia de acesso e de efetivação no serviço público</i>	63
6.3.1.2	<i>Dificuldades e preconceitos na promoção da diversidade pelas cotas</i>	64
6.3.1.3	<i>Avanços na promoção da igualdade racial no serviço público .</i>	65
6.3.1.4	<i>Tensão entre uma geração de pessoas negras que reconheciam as dificuldades de acesso sem nenhuma mediação legal e uma geração de pessoas se autoafirmando em sua identidade étnica</i>	66
6.3.2	Relevância da política de cotas para a população negra	67
6.3.2.1	<i>Processo em construção que colabora com a consolidação de direitos fundamentais para a população negra</i>	67
6.3.2.2	<i>Reconhecimento da contribuição das políticas afirmativas e da necessidade de garantias de continuidade na busca pela igualdade no serviço público</i>	67
6.3.2.3	<i>Identidade étnica como ponto de partida para o acesso às políticas afirmativas</i>	69
6.3.3	Repercussões da identidade dos professores negros optantes pela política de cotas sobre as suas práticas docentes	69
6.3.3.1	<i>Repercussões e formas de atuação dos professores sobre temas como preconceito, pertencimento a comunidades tradicionais (quilombos) e obrigatoriedade da temática racial no currículo como enfrentamento da dívida histórica da população negra</i>	70
6.4	PRINCIPAIS INFERÊNCIAS A PARTIR DAS QUESTÕES PROPOSTAS PARA O ESTUDO	72
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICES	79
	ANEXOS	82

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propôs uma análise acerca do processo de construção, consolidação e aplicação do que entendemos ser a primeira política pública específica para o acesso de pessoas autodeclaradas negras na disputa vagas no serviço público, criada e focalizada para a população negra do Estado do Paraná, em específico os professores pedagogos, orientados a partir da Lei 14.274/2003, antes mesmo de a União regulamentar um percentual mínimo através da Lei 12.990/2014, cerca de uma década após a sanção da lei estadual. A fim de contemplar a questão, fez-se necessário ampliar o foco dos estudos sobre desigualdades raciais, embora não se trate de uma empreitada fácil, visto que estamos em um país que mantém a ideia de democracia racial e onde o racismo é visto como um problema do negro tendo sido mantido o uso do termo desigualdade racial, considerando que as terminologias empregadas nas pesquisas e estatísticas oficiais, amostrais, por domicílios, e censos que explicitam que entre negros e brancos não há igualdade.

As preocupações, os estudos que venho desenvolvendo, são resultados das condições objetivas e subjetivas da minha trajetória como mulher negra, mãe negra, educadora negra, os motivos que corroboraram na sua definição, foram ganhando corpo gradativamente. Durante as aulas e os movimentos no decorrer do curso colaboraram para a percepção e descoberta do meu papel como pesquisadora, quando pude encontrar minha própria identidade, libertando-me dos nós e elementos internos, conforme expressa Fanon (2008, p.34) quando questiona “o que quer o homem negro?” E ele mesmo responde aludindo que o negro “no mundo colonial ter resistência e reconhecimento” no modo de descolonização que o autor chama de “práxis absoluta”, destruindo a subjetividade que esta impõe.

Enquanto aluna e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Mestrado em Teoria e Prática de Ensino, por se tratar de um Mestrado Profissional, em que se implica diretamente um olhar privilegiado dos docentes sobre as repercussões e implicações da temática diretamente correlacionada à prática desses educadores, sendo as questões raciais diretamente ligadas não somente aos significados do processo educativo, mas também à construção de instrumentos e referências didáticas e pedagógicas

O maior desafio desta pesquisa é, a partir da análise dos instrumentos de organização da sociedade atual e produtores de várias formas de desigualdades, refletir sobre as possíveis contradições presentes no debate da implementação das políticas de ações afirmativas para o negro brasileiro, em especial acerca dos professores pedagogos do Estado do Paraná.

As questões raciais especificamente relacionadas à demanda de cotas em vagas, têm se feito presentes na pauta histórica do movimento negro e implementadas com pouco êxito, desde o início do ano 2000. As iniciativas despertam, como desdobramento das primeiras ações de inclusão, preponderantemente com vistas à inclusão de afrodescendentes nas universidades, a atenção dos estados e municípios, ganhando espaço no debate e nas agendas governamentais (IPEA, 2014).

A população negra, ao longo da história, tem se deparado com grandes desafios para a garantia de direitos fundamentais e atravessado importantes lutas ligadas às questões raciais e de igualdade, sendo, portanto, uma categoria política a afirmação de nossa identidade. Ou como nos lembra Munanga (2007, p.7), “neste beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como uma das causas das desigualdades”. Historicamente, a alternativa das cotas ou de políticas compensatórias tem cumprido um papel importante na tentativa de resgatar as condições mínimas de equidade social no acesso prejudicado pela discriminação racial. Desde as primeiras ações afirmativas de que se tem registro no mundo, como na Índia e Estados Unidos, o Brasil, com o seu legado escravocrata e de relações deletérias às minorias e à população negra, assiste na virada do século XXI a uma iniciativa que, embora tardiamente, faz algumas sinalizações importantes às bandeiras defendidas por esses movimentos. Confluem em um momento político importante para as questões sociais, rumo a uma direção que desponta para o acesso mediado por políticas compensatórias, de onde surge uma diversidade de cotas, inicialmente para a garantia de vagas no ensino superior e posteriormente, ou concomitantemente, a cotas destinadas para a ocupação de postos no serviço público.

A principal justificativa para que essas ações ganhem consistência está na alegação de que persiste a diferença entre o acesso da população negra e branca, na composição dos quadros do serviço público, amparados por critérios

pretensamente meritocráticos e transparentes e, a despeito disso, persistem as desigualdades, justificando-se assim a necessidade de cotas.

Na agenda política, de acordo com a Nota Técnica n.º 17/2014 divulgada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), diversas têm sido as proposituras no âmbito do poder legislativo, nas duas últimas décadas, acerca de diversos aspectos de inclusão e de compensação histórica em favor da população negra, revelando que há um abismo entre os demais estratos da população, na busca pela equidade no mundo do trabalho, da educação, de oportunidade de acesso e de remuneração, lastreados por uma conjuntura histórica, social e cultural que é encenada cotidianamente sob a forma do racismo, do preconceito, da violência e da sub cidadania.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Paraná sancionou no ano de 2003 a lei que ampara a população negra, no âmbito do acesso ao serviço público pela via dos concursos públicos (Lei 14.274/2003), destinando um percentual das vagas à população afrodescendente autodeclarada. Decorrida mais de uma década, faz-se necessário nos debruçarmos sobre esse marco e seus desdobramentos, como um compromisso social na defesa de uma sociedade minimamente igualitária. A referida lei representa um marco importante nas relações do estado do Paraná com a população negra, apesar de todas as ponderações e ressalvas que possam ser feitas à ela, uma das motivações para a realização do presente estudo por se tratar de um momento do qual eu fiz parte na construção e implementação desse importante instrumento legal, ao qual me empenho no presente momento em produzir um recorte a partir de um conjunto de informações, posturas teóricas e mediações almejadas a partir do contato com os sujeitos e incursões teóricas e metodológicas, que possam nos conduzir a um olhar sobre a temática no âmbito da docência.

Desse modo, o estudo em curso tem por objetivo analisar os impactos da implantação da Lei 14.274/03, que trata da reserva de 10% de vagas para afrodescendentes nos concursos públicos do Estado do Paraná, com enfoque nos professores pedagogos, considerando que as questões que permeiam a temática, ainda são pouco referenciadas nas discussões e pesquisas acadêmicas e, desta forma, pouco representada no sistema de cotas, fazendo com que novas contribuições teóricas possam emergir e serem ampliadas, tendo em vista a pouca

disseminação dentro do universo das cotas raciais, aquelas voltadas à análise dos percursos legais, de cunho seletivo em processos e certames.

As questões centrais que sulearam a pesquisa foram: as características das relações raciais no Estado do Paraná e a conjuntura que possibilitou a aprovação da Lei 14.274/03 e sua efetividade. Apesar de a referida lei representar um marco na história das relações raciais no Paraná, sobretudo do ponto de vista legal, na medida em que sua criação reconhece a presença de discriminação racial.

Mediante a complexidade do tema da reserva de vagas para afrodescendentes, a discussão requer um aprofundamento, ou seja, faz-se necessário “indagar a relação entre direitos e privilégios arraigados em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade” (GOMES, 2012, p. 100), não apenas acerca da discussão racial dissociada do antagonismo entre classes, mas, em outras palavras, questiona: Qual é o verdadeiro impacto desta ação para a sociedade, que entende como sendo justa esta norma jurídica? Compreendendo a educação como aspecto fundamental nessas transformações iniciadas e almejadas, os impactos advindos desse segmento, revelam que a análise não deve ser comparativa, mas interpretativa.

Tendo em vista o histórico da presença de negros no Paraná, sendo ele o primeiro Estado da Federação onde essa modalidade de cotas foi implantada, dados oficiais sobre alguns concursos públicos e o número de aprovados por cotas para afrodescendentes apontam que o número de vagas ofertadas nos editais se aproxima do percentual assegurado (MUNIZ, 2017).

Desse modo, o estudo se debruça sobre a compreensão, a partir do percurso histórico da lei e da efetiva vinculação dos atores ao serviço público, das seguintes questões: Qual é o impacto real de Lei e as suas principais características? Qual mudança estrutural das relações raciais, em especial no que diz respeito ao ingresso de professores pedagogos através das Políticas Afirmativas? Qual real alteração, estruturalmente à sub-representação de negros nos espaços escolares do professor pedagogo, a partir do consenso da invisibilidade?

A estrutura do trabalho é composta pela presente Introdução, onde são explicitados os objetivos, justificativas e delineadas das questões suleadoras, realiza-se um breve contexto dos pressupostos políticos e sociais e se reflete sobre o movimento de especificação das cotas, no âmbito dos estados e municípios, a

partir de suas realidades históricas e culturais em relação à percepção das desigualdades.

No segundo capítulo, apresento um histórico das políticas compensatórias e de inclusão. Traço um panorama histórico das cotas raciais de maneira ampliada, inicialmente; destaco alguns movimentos e marcos sociais e políticos que se encaminham para uma especificidade dessas cotas, ou seja, articulando já num cenário mais próximo. Na sessão seguinte do referido capítulo, focalizo o caso do Estado do Paraná, abordando alguns conceitos chave, como o de ações afirmativas, uma breve conceitualização do serviço público, dos concursos, das contradições que estes carregam, tanto na sua composição e acesso, quanto em relação ao seu público demandante. Proponho uma interpretação mais próxima do caso da lei que contempla esse aspecto em relação à população negra do Estado do Paraná, evidenciando as suas motivações históricas, sociais, econômicas, jurídicas e políticas.

No terceiro capítulo, busco contemplar uma análise de questões pertinentes ao debate das cotas, da compreensão social e cultural das questões da população negra, a partir de autores como Florestan Fernandes, Frantz Fanon, Paulo Freire, Gloria Jean Watkins bell hooks e Nilma Lino Gomes, os quais, além da contribuição no campo da educação e da sociologia, trazem o componente do poder de fala à articulação das questões relacionadas à população negra, nos legando conceitos importantes para esse debate.

No quarto capítulo, realizo um mapeamento de estudos e levantamentos de produções acadêmicas relacionadas ao tema das cotas raciais, como forma de discutir a abordagem do tema, a partir dos núcleos de pesquisa e visibilidade do assunto.

No quinto capítulo, traço o percurso metodológico no qual se pautou o estudo, nas etapas de levantamento bibliográfico, coleta, análise e interpretação.

No sexto capítulo, proponho uma correlação entre os aspectos teóricos e empíricos do estudo, a partir da tríade entre o percurso teórico, a proposta de estudo (objetivos, justificativas e problematização) e os achados da pesquisa a partir da metodologia utilizada, interpretados com base nas categorias apriorísticas e não apriorísticas da análise de conteúdo e suas nas principais inferências.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, contribuições e limitações do estudo.

2 AÇÕES E POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS E SUAS REPERCUSSÕES A PARTIR DA LEI 14.274/2003 NO ESTADO DO PARANÁ

2.1 CONCEITUAÇÃO DE AÇÕES COMPENSATÓRIAS, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E COTAS

A noção de “ações afirmativas” (AA) se trata de uma construção recente, tanto do ponto de vista político, quanto nos aspectos representativos. Tem como finalidade constituir-se em uma forma da sociedade mitigar efeitos nas esferas econômicas e sociais, advindos de um percurso que precarizou o acesso de determinadas populações às condições equânimes de direitos.

A expressão “ação afirmativa” foi usada pela primeira vez numa ordem executiva (decreto) federal norte-americana de 1965, onde se estabelecia que as empresas empreiteiras que haviam sido contratadas por parte das entidades públicas ficavam obrigadas a uma ação afirmativa, qual seja, com objetivo de fazer crescer a contratação dos grupos que eram considerados minorias, desiguais socialmente e, por conseguinte juridicamente (MUNIZ, 2017, p. 46).

Nesse sentido, as ações afirmativas, desde a sua gênese, se configuram como vias de acesso de determinadas populações para os seus direitos, havendo-se necessidade de um percurso jurídico que assegure as tendências e resultados de lutas e movimentos dos grupos interessados, vítimas do preconceito que segrega e desigualdade juridicamente as minorias.

Ainda no âmbito internacional, embora só seja possível registrar a expressão “ações afirmativas” em meados dos anos de 1960 e década de 1970, pode-se inferir que o resultado de um esforço humanitário do período pós Segunda Guerra Mundial, fez voltar os olhares para aspectos e populações até então marginalizadas. Na Índia, ainda de acordo com Muniz (2017), havia, desde 1948, um sistema de acesso aos chamados *dalits*, ou “intocáveis” na cultura indiana, para se referir aos excluídos pelo sistema de castas, com acesso controlado ao sistema político, educacional e de serviços públicos, conhecido como “políticas de reserva”.

No Brasil, a severa desigualdade social, que marca as nossas relações sociais, políticas e econômicas, conduz a um sistema igualmente de castas, ainda mais perversas, uma vez que não são assumidas enquanto estrutura da sociedade, sendo de natureza silenciosa ou de invisibilidade.

As razões que se prestam a interpretar a trajetória social e política de nossa sociedade passam pela visão de um país que teve grande parte de sua história atravessada por movimentos e acontecimentos protagonizados por grupos e populações privilegiadas, a ponto de supostamente só passar a fazer sentido os fatos históricos, até hoje, na visão da grande maioria dos historiadores, a partir do contato do europeu com as populações milenarmente instaladas no nosso território primitivo.

Ora, se algo pode ser considerado como relevante e fundamental para compreender as relações resultantes a partir desse fato histórico (e não do início da história em si) é que a empreitada que representou as chamadas “Grandes Navegações” empenhadas pelas coroas europeias nos séculos XV e XVII, representaram um momento da expansão capitalista, com todas as suas marcas que são preservadas até hoje.

Desse modo, a história dos grupos dominantes, ou seja, aqueles que têm o poder de aparelhar-se em termos de equipamentos, tecnologias, técnicas, conhecimentos e capitais, na essência dos que Bourdieu (2007) apresenta (capital simbólico, capital cultural, capital financeiro, capital social), pressupõe uma assimetria posta a partir do lugar que pressupõe *a priori*, uma parte composta pelos dominados, ou seja, pelas populações supostamente demandantes da modernidade, onde as diferenciações desses grupos são tomadas como valores de equivalências, onde as questões raciais, culturais e históricas ascendem a um valor de comparação entre os sujeitos.

Ou seja, o que fez e ainda faz prevalecer os valores colocados entre um grupo dominante e uma população excluída, nada mais é do que o lugar de primazia dentro do sistema capitalista, que se vale do aparato legal, da força dos capitais que se apropria e da representação de classe. Razão pela qual, enfrentar essas assimetrias pela via da participação social e pela consciência da autoafirmação cultural e histórica se faz necessária, uma vez que, mais do que nunca, os direitos conquistados pelas minorias confrontam os privilégios de quem sempre teve acesso a eles.

No Brasil as ações afirmativas ganharam destaque nos últimos anos a partir de um amplo e proveitoso debate jurídico que pôde ser travado, e dele resultaram ações que, de modo primordial, recaem sobre uma das causas chave da exclusão da população negra, na perspectiva de Joaquim Barbosa Gomes. O Ex-Ministro do

Supremo Tribunal Federal é atualmente uma das personalidades negras mais influentes do Mundo e, no Brasil, teve papel fundamental na regulação do sistema de cotas, proposto no âmbito do poder legislativo e regulamentado pelo poder judiciário, com reflexo nas ações do executivo como as cotas destinadas a pessoas negras nas universidades, resultado da Lei 12.711/2012. Podemos compreender o conceito de cotas, como “percentuais fixos de vagas para determinados grupos socialmente desfavorecidos” (FILHO e CUNHA, 2014, p. 25).

De acordo com Gomes e Silva (2003), atacar a questão do racismo e da exclusão da população negra pela via do sistema educacional faz sentido uma vez que

Para muitos constitui a sua causa primordial, isto é, o nosso segregador sistema educacional, que tradicionalmente, por diversos mecanismos, sempre reservou aos negros e pobres em geral uma educação de inferior qualidade, dedicando o essencial dos recursos materiais, humanos e financeiros voltados à educação de todos os brasileiros, a um pequeno contingente da população que detém a hegemonia política, econômica e social no País, isto é, a elite branca (GOMES; SILVA, 2003, p. 24).

É dos referidos autores, uma das primeiras definições de ações afirmativas no nosso contexto, em consonância com sistemas largamente empregados nos Estados Unidos e na Europa sob a denominação de *affirmative action* e *discrimination positive* ou *action positive*. Na sua compreensão, no contexto brasileiro, as ações afirmativas podem ser definidas como

Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES; SILVA, 2003, p. 90).

As ações afirmativas no Brasil resultaram em políticas públicas que tiveram início, portanto, na segunda década do século XXI, de maneira tardia, uma vez que a razão de existir das ações afirmativas e delas resultantes, as cotas presumem que houve, no curso da História do Brasil, perdas e agravamentos à população negra, decorrentes do racismo e dos processos e crimes históricos cometidos contra uma parcela da sociedade, que em algum momento requer, por parte do Estado e da Sociedade, a sua condição de igualdade.

A constituição de 1988 foi o instrumento legal que assegurou, em princípios, toda a forma de execução através de instrumentos específicos na forma da lei,

aspectos reguladores da vida e das relações dos sujeitos ao longo das últimas três décadas.

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. Políticas de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória (BRASIL, 2005, p. 12).

Desse modo, no artigo 205 a Carta Magna institui formas de reparação da pendência histórica e social com a população negra, na tentativa de impulsionar o processo de correção de desigualdades raciais e sociais, na oferta de um tratamento diferenciado, ao menos decorrido o tempo onde a sociedade brasileira possa mitigar o racismo, a marginalização e os equívocos do processo de colonização.

2.2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas possuem aspectos que suscitam amplos debates, sendo um dos temas atuais sobre o qual a sociedade brasileira, de modo geral, tem discutido em posições antagônicas, que muito revela dos seus conceitos e dos seus pré-conceitos. De acordo com Moehlecke (2002, p. 203),

Podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado.

Desse modo, as ações afirmativas visam, de modo prioritário, possibilitar a igualdade de condições para grupos que são marginalizados social e politicamente, representando ainda uma contribuição importante para que sejam efetivados os direitos sociais. Todo esse processo advém de lutas que podem ser consideradas conquistas de diversos estratos da sociedade, como a população de negros, mulheres, estudantes de escolas públicas, pessoas de baixa renda, homossexuais,

populações de comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, dentre outros.

As universidades já avançaram em alguns aspectos nas cotas, raras sendo as instituições de ensino que ainda não as adotam como forma de distribuição de suas vagas. Aos poucos, estados e municípios têm também buscado enfrentar as suas discrepâncias de quadros de pessoal pela via das cotas. Essas iniciativas se deram bem antes nos estados e em alguns municípios, sendo que a União sanciona apenas em 2014 a Lei 12.990, onde se estabelece que

Art. 1.º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei (BRASIL, 2014, p.1).

Desse modo, estamos atravessando um importante momento de sedimentação e lutas tanto por parte dos grupos demandantes de ações afirmativas que se aproximem do percentual estabelecido minimamente e que de fato corresponda à realidade desses grupos, como também estamos vivenciando um outro importante momento de necessária revisão sobre as discrepâncias, dado que, de modo geral, somos um país ainda excludente e com uma complexa definição de etnias.

Assim, cada vez mais as universidades, por representarem, no Brasil, uma experiência pioneira no uso de cotas, atualmente distribuem a maior parcela de suas vagas em cotas, sobre o comparativo da ampla concorrência, revelando que o abismo que separa os grupos da desejada igualdade, embora agravada historicamente na população negra, pode ser vista como uma marca da sociedade brasileira, ainda profundamente desigual.

2.3 PERCURSO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ESTADO DO PARANÁ

A temática das ações afirmativas (AA) em concursos públicos já tem sido, desde a sua implantação, objeto de importantes estudos, teses e dissertações. Destacamos alguns desses estudos, que contribuiriam sobremaneira para o nosso percurso.

Citamos o relevante e consistente estudo, de viés de amplo espectro, produzido pela Dr.^a Marcilene Garcia de Souza, resultado de sua tese de doutorado, publicado no ano de 2010, intitulado “Ações Afirmativas e Inclusão de Negros por ‘Cotas Raciais’ nos Serviços Públicos do Paraná”. Nele são discutidos aspectos da formação da identidade da população paranaense, a conjuntura que resulta nesse importante marco das relações raciais no Estado, bem como aponta como possibilidade que o movimento que conduziu a promulgação da lei tenha advindo da ideia de democracia racial e de invisibilidade da população negra, sem alterar a representação dos negros nos diversos espaços.

Outro estudo bastante contributivo na temática, trata-se da dissertação de mestrado produzida pelo Ms. Paulo Henrique Muniz, intitulada “A Eficácia das Cotas Raciais nos Concursos Públicos do Estado do Paraná: uma abordagem a partir dos editais”. Nesse estudo, publicado recentemente, em 2017, o autor busca, já decorrido um período de mais de uma década de promulgação da lei, produzir um olhar sobre a efetividade a partir dos editais lançados nos últimos anos. Conclui pela efetividade do sistema de cotas adotado no Estado, com percentuais próximos dos 10% estabelecidos pela Lei 14.274.

O Estado do Paraná foi um dos primeiros Estados da Federação a regulamentar via cotas o acesso aos cargos públicos de um percentual de pessoas autodeclaradas negras, como parte do quantitativo de vagas a serem ocupadas. Esse fato parte do reconhecimento da exclusão e do racismo, condição primordial para a adoção de ações afirmativas e da efetivação de cotas raciais.

Conforme destaca Souza (2010, p. 56),

A identidade do Paraná é pensada a partir da valorização do elemento étnico-racial estrangeiro, isto é, dos grupos europeus que chegaram ao Brasil para assumir postos de trabalho assalariado no alvorecer da República.

Sem sermos tentados a produzir um olhar simplista sobre as relações complexas que invisibilizaram a população negra nesse contexto, a autora ressalta que o chamado “Movimento Paranista”, a exemplo de outros movimentos de identidades regionais pelo Brasil, nos legou

(...) elementos que podem servir como base para se compreender a construção de uma identidade cultural para o Estado do Paraná. Identidade esta impregnada por valores científicos e de fé em um novo sistema político que acaba orientando a sociedade para o futuro, um futuro mítico e perfeito onde a história da população negra apareceu, em nossa percepção, como sendo algo insignificante (p. 59).

Instaura-se, desse modo, uma dupla invisibilidade, ora pelo não reconhecimento da população negra como parte dessa identidade, ora como um “*marketing* positivo” do Estado pela suposta ausência do negro.

O Brasil foi oficialmente um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão como forma de relação de trabalho e de dominação. Sendo, portanto, uma condição ligada ao atraso, à uma modernidade tardia, da qual o imigrante fazia parte e sendo a sociedade paranaense adepta dos costumes dos Europeus, importava “não retratar a realidade, mas construir uma imagem do real que, por sua força simbólica, se tornaria mais forte que o próprio real” (SOUZA, 2010, p. 58).

A autora recorre a diversas referências que historicamente constroem o Estado do Paraná como ideologicamente retratado, a partir de suas características climáticas, como um lugar onde os valores de uma suposta supremacia dos tipos característicos da Europa, encontrariam não apenas um clima muito parecido com o dos seus países de origem, como até melhor. Aludem esses estudos, até mesmo para uma suposta confluência de aspectos climáticos e naturais, sobre as características psicológicas desejáveis e indesejáveis, relegando essas últimas às populações de regiões de clima mais quente e seco, assim como elegendo as que dignificam, plenificam a experiência humana, como sendo a população branca e, portanto, majoritariamente predominante nessas regiões, sendo comparado esse olhar (e possivelmente nelas inspiradas) a teses racistas e higienistas defendidas no século XIX por Nina Rodrigues¹.

O Movimento Paranista como um movimento que promove o branqueamento, a negação da existência da população negra na formação do Estado e a negação da escravização como base da formação econômica da sociedade paranaense, mas, sobretudo, a ideia de sociedade ideal, uma espécie de “Paraíso Terrestre brasileiro” à custa da promoção da intelectualidade (literatos, artistas, historiadores). Tal intelectualidade pensou e inventou as “tradições” no Estado na tentativa de consolidá-lo como sendo um “Estado europeu”, “Um Brasil diferente” graças à ausência de negros na sua história (SOUZA, 2010, p. 75).

Contudo, a população negra nesse panorama de invisibilidade, era expressiva e não apenas isso, era sub representada desde então, “sobretudo no espaço público, como, por exemplo, nas dezenas de ruas e monumentos que homenageiam os imigrantes europeus” (p. 80).

¹ Médico legista, higienista, psiquiatra, professor, escritor, antropólogo e etnólogo brasileiro que desenvolve teses acerca da criminalidade como fator ligado aos negros e aspectos climáticos e ambientais que justificavam a superioridade da raça branca.

O processo de globalização vivenciado no mundo e mais especificamente nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, carrega consigo grandes transformações, sobretudo no mundo do trabalho. O desenvolvimento só será possível a partir do equacionamento das diferenças sociais, segundo as teorias do desenvolvimento:

1. El desarrollo constituye un proceso a lo largo del cual la capacidad productiva y la estructura económica de un país se van asemejando a las de los países industriales avanzados;
2. El proceso de desarrollo es el mismo para todos los países;
3. Existe una identificación entre desarrollo y crecimiento económico, entendido como *formación de capital* (MARTINS, 2012, p. 242)².

As características dessas novas relações precisam ser assentadas ao menos na ilusão de uma democracia que comporte a pluralidade de expressões e de etnias, embora saibamos que ideologicamente essas diferenças e pluralidades são postas a serviço do momento atual do próprio capitalismo, conforme aponta MÈSZÁROS (2009).

Interfaceados pelo Estado, os valores do sistema econômico são, portanto, reproduzidos de modo a representar nas constituições brasileiras, sobretudo na última constituição, a noção de igualdade e de liberdade, conforme aponta MUNIZ (2017, p. 52).

O princípio da igualdade sempre fez parte das Constituições no Brasil, no entanto, a igualdade assegurada se aproximava muito da igualdade formal, isto é, a igualdade perante a lei. Com o advento da Constituição de 1988 e a expressa previsão do princípio da igualdade no preâmbulo, concluiu-se que a igualdade formal promovia o nivelamento por baixo entre os cidadãos, o que implica em dizer que a igualdade (formal) estava limitada a proibir tratamento discriminatório, dessa forma, sempre existiria a desigualdade estruturalmente estabelecida.

Ocorre que tão somente a partir das Ações Afirmativas (AA), a questão da autoafirmação de raça, cor ou etnia, passou a se constituir ao menos em um argumento jurídico importante para alcance da igualdade formal, sendo as cotas, uma das suas primeiras manifestações. Ao mesmo tempo, no período considerado de implementação e de afirmação das cotas, a Pesquisa Nacional por Amostra de

² 1 - O desenvolvimento é um processo ao longo do qual a capacidade produtiva e a estrutura econômica de um país vão se assemelhando às dos países industriais avançados;

2 - O processo de desenvolvimento é o mesmo para todos os países;

3 - Existe uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico, entendido como formação de capital (tradução nossa).

Domicílio– PNAD Contínua, entre os anos de 2012 e 2016, sinaliza para aumento da distribuição da população especificamente no Estado do Paraná.

Tabela 1 – Distribuição da População 2012-2016

PNAD Contínua 2012/2016			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	Varição pp
Distribuição da população (%)	Total	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,00	-
Distribuição da população (%)	Total	Branca	70,1	68,7	69,4	69,0	67,6	-3,57	- 2,5
Distribuição da população (%)	Total	Preta	3,1	2,7	2,9	3,4	3,3	6,45	0,2
Distribuição da população (%)	Total	Parda	25,5	27,5	26,6	26,7	27,8	9,02	2,3
Distribuição da população (%)	Homem	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,00	-
Distribuição da população (%)	Homem	Branca	68,6	67,5	68,4	67,6	67,5	-1,60	- 1,1
Distribuição da população (%)	Homem	Preta	3,6	2,9	3,1	3,7	3,3	-8,33	- 0,3
Distribuição da população (%)	Homem	Parda	26,6	28,5	27,3	27,8	27,9	4,89	1,3
Distribuição da população (%)	Mulher	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,00	-
Distribuição da população (%)	Mulher	Branca	71,5	69,8	70,3	70,3	67,6	-5,45	- 3,9
Distribuição da população (%)	Mulher	Preta	2,6	2,5	2,7	3,1	3,3	26,92	0,7
Distribuição da população (%)	Mulher	Parda	24,5	26,5	25,8	25,7	27,7	13,06	3,2

Fonte: IBGE / PNAD Contínua do Estado do Paraná, 2017.

Ainda de acordo com a pesquisa, em números absolutos o Estado do Paraná possui uma população de 11,2 milhões de habitantes, destes 7,59 milhões são declarados brancos (67,6% do total), e um quantitativo de 372 mil são autodeclarados negros (3,3% do total), além de 3.123 milhões autodeclarados pardos (27,8% do total). A partir desses percentuais, o Estado do Paraná apresenta, proporcionalmente, menos brancos que a região Sul. Em 2016, 76,8% da população da região Sul se declarava branca, 18,7% parda e apenas 3,8% negra. No cenário nacional, a população branca representava nesse mesmo ano 44,2% da população residente, ao passo que 8,2% se declarou negra e 46,7%, parda (IBGE, 2017).

Gráfico 1 – Distribuição da população por cor ou raça no Brasil – 2012-2016



Fonte: IBGE – Diretoria de pesquisas, 2016.

De acordo com o panorama traçado pelos dados apresentados ainda em 2016 acerca da constituição da população brasileira a partir dos critérios de

autoafirmação, nota-se uma tendência crescente a partir dos critérios de autoafirmação “negra/preta” e “parda” em contraposição à diminuição da autoafirmação como “branca”. Embora se tratem de dados disponibilizados em um intervalo de três anos até o momento atual, depreende-se que a partir das políticas públicas de caráter autoafirmativo, esse percentual possivelmente se manteve ou tenha aumentado, revelando a importância e o papel dessas políticas públicas, embora insuficientes, diante do quadro histórico e social da população preta e parda, onde se concentra os maiores agravos sociais e culturais, que fazem face aos objetivos da garantia dessas ações.

Dentro do panorama anteriormente descrito, que marcam através de motivações históricas, culturais, raciais e econômicas a invisibilidade da população negra, sub representada nos aspectos respectivos, amparado ainda no movimento que pós constituição de 1988 se encarrega de arregimentar aspectos e princípios nela defendidos, em formatação de instrumentos legais de aplicabilidade e garantias efetivas o Estado do Paraná sanciona, no dia 24 de dezembro de 2003, pelo então Governador do Estado Roberto Requião, a Lei 14.274. O projeto que deu base a essa referida Lei é o de n.º 540/2003, de autoria do Deputado Estadual Geraldo Cartário, que propõe a reserva de um percentual de 10% das vagas oferecidas nos concursos públicos realizados pelo Poder Público Estadual no provimento de cargos públicos efetivos.

No entanto, conforme aponta Souza (2010), a referida Lei apresentava fragilidades, uma vez que não previa instrumentos de monitoramento, nem o alcance de metas de inclusão efetiva de negros e negras nos concursos públicos. Outra fragilidade apontada pela autora é quanto à determinação do percentual, uma vez que a cota de 10% não estaria consubstanciada em dados conhecidos da população negra, sendo esse número estimado entre 15 a 20% na época da promulgação.

Acerca do que a autora chama de “consenso de invisibilidade” (SOUZA, 2010, p.13), está o que ela aponta como uma cidadania enquanto uma dádiva das parcelas dominantes, bem como as crenças dos agentes políticos, ora temendo ser enquadrados como racistas, ora alegando que em um lugar onde prevalece a maioria da população branca, o percentual (embora não condissesse com proporção da população), já era significativo, uma vez que sequer essa população teria condições mínimas de escolaridade para se equiparar aos demais concorrentes.

Para o parlamentar autor da Lei, havia, na época de sua propositura, não apenas uma disposição de enfrentamento da questão racial em um Estado que carrega marcas indisfarçáveis da colonização europeia, do processo de escravização e da necessidade de reconhecimento da pluralidade de forças e de pessoas na construção da própria história do Paraná e do Brasil, como parcela significativa a contribuição da população negra.

Segundo Cartário (em entrevista concedida à autora em 2019³),

(A lei) foi sancionada pelo governador Requião, que a princípio ficou meio preocupado com o surgimento de casos contrários, uma vez que nós estamos no Brasil, que até agora não encarou a sua história. Temos dois tipos de brasileiros: o que nasceu aqui e o que veio de fora. O que vem de fora, vem com o propósito de ganhar dinheiro e não está preocupado com a história daqui. O que nasceu aqui nasceu escravo, quer viver aqui, e os de fora consideram os afrodescendentes de raça inferior, pelos que vêm de fora.

Esse seria então o dilema no qual a sociedade paranaense, do ponto de vista da invisibilidade da população negra, precisaria enfrentar sob a forma de políticas públicas compensatórias, compreendendo, conforme Souza (2010), que esse percentual é sequer conhecido, tamanho esse abismo e invisibilidade. Ainda de acordo com o Ex-Deputado Geraldo Cartário (2019), as motivações reais de propositura do Projeto de Lei passaram pela sensibilização e responsabilidade parlamentar em uma conjuntura onde as questões precisavam se tornar hegemônicas, de modo que pudessem ser trazidas ao debate, ao enfrentamento. Assim, em uma das provas mais contundentes apontadas pelo ex-parlamentar está o caso de um delegado que, em função de sua cor, estilo de apresentação pessoal e subjetividade, foi reprovado no concurso que alçava à carreira superior, resultando em prova jurídica e em processo penal que afirma a conduta discriminatória sofrida pelo pleiteante ao cargo público. Esse episódio serviu, sob a ótica do parlamentar, como um dos fatos que evidenciam a história e a trajetória da população negra nos serviços públicos, na representação política, nas condições de acesso desigual, mas sempre constituindo parcela significativa da força de trabalho, geralmente precarizada, sub-escolarizada e sub-representada.

³ Ver entrevista na íntegra nos apêndices.

3 (IN)VISIBILIDADE, RESISTÊNCIA, DESCOLONIZAÇÃO E DINAMICIDADE SOCIAL: UM PERCURSO A PARTIR DE FLORESTAN FERNANDES, FRANTZ FANON, PAULO FREIRE, bell hooks E NILMA LINO GOMES

A proposta principal do presente capítulo é entrelaçar o pensamento dos autores anunciados, buscando compreender as ideias fundamentais que permitem, no contexto da população negra na atualidade, ampliar a discussão sobre as causas históricas e sociais que conduziram ao panorama de invisibilidade, bem como auxiliar na interpretação dos os diversos fatores que influenciam no debate e nos pressupostos do presente estudo.

Para essa tarefa, buscarei entrelaçar importantes contribuições desses autores do século XX, não só os de incontestada expressão nas ciências sociais e educação, mas também os que fundamentalmente são capazes de evidenciar a partir de seus lugares de fala, como personalidades negras engajadas na sua produção teórica e acadêmica de relevância, instrumentalizadora da luta pela liberdade.

Iniciarei com uma menção ao esforço teórico produzido por Florestan Fernandes (2015), na década de 1960 e 1970 (“O Negro no Mundo dos Brancos”), “A integração do Negro na Sociedade de Classes (2008)”, dentre outros escritos) a fim de reavaliar a participação da população negra na história do País, evidentemente do ponto de vista do registro, sem entrar no mérito e finalidades dessa “reavaliação” iniciada com Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala” (2019), escrito em 1933. Ambos os autores são sociólogos e escritores ligados à hegemonia de classes no Brasil, no entanto, a menção aos seus estudos é importante principalmente por revelar uma posição que precisa ser confrontada, e não tomada como uma verdade apenas.

Na perspectiva de Florestan Fernandes, acerca da interação do negro na sociedade de classes, apontada por Cohn (2015, p.14), o negro vivia uma dupla impossibilidade, como se devesse “abandonar, subitamente, os traços culturais herdados da escravidão e contrair, prontamente, os padrões de comportamento valorizados”. Florestan reconhece em sua obra a difícil tarefa do negro de “sair da própria pele”, evidenciado ainda pelo drama denunciado em “Pele Negra Máscaras Brancas” de Fanon (2008).

Por sua vez, Frantz Fanon nasceu em 20 de julho de 1925, em Fort-de-France, Martinica, e morreu nos Estados Unidos em 1961, de forma precoce, aos 31

anos de idade. No entanto, sua obra, de uma consistência ensaística, que se dedica à compreensão dos aspectos psicológicos e sociais da população negra, nos legou fundamentais contribuições entrelaçadas visceralmente à sua identidade.

Fortemente envolvido na luta pela independência da Argélia, é considerado um importante pensador marxista do século XX, dedicando a sua obra aos conceitos de descolonização e psicopatologia da colonização. Influenciado pela obra de Jean Paul Sartre, Fanon escreve um dos seus livros mais influentes “Os condenados da terra”, onde discorre de modo brilhante sobre o tema da descolonização, colonização, e aspectos como a violência, e as consequências do processo de colonização sobre as formas de agir e pensar de colonizadores e colonizados.

Todo esforço de Fanon é auxiliar na compreensão das questões que conduziram a população negra ao lugar que ele chama de colonizado, havendo a necessidade imperiosa de descolonização, no sentido mesmo de encontrar o caminho, o destino de todo ser humano que é de ser livre. Ou como diz Martins (2012, p. 243) “*La nación colonizada para poder ser precisa desalienarse, descolonizarse*”⁴. O que Fanon defende é que as nações, através de um processo histórico, possam permitir especificamente à população negra, uma vez que o processo de colonização diz respeito ao modo de apreensão da classe dominante de aspectos gerais das relações de mútua convivência.

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação - ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono - foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial (FANON, 1968, p. 26).

No que diz respeito ao acesso da população negra, aos bens materiais e simbólicos, dentre eles a educação, o acesso controlado a esses lugares, pela via das políticas compensatórias, bem como o acesso à tão almejada estabilidade no

⁴ A nação colonizada para poder ser, precisa desalienar-se, descolonizar-se (tradução nossa).

serviço público através dos concursos públicos, reafirmam a vivacidade do que Fanon discutia e não traz nada de novo, ao que o autor já apontava, a não ser a oportunidade de a população negra resistir e historicamente desalienar-se, descolonizar-se, nas palavras de Martins (2012).

Sob a contribuição de Florestan Fernandes (2008), podemos pensar atualmente a questão das cotas voltadas para essa população a partir de diversos registros e de conceitos importantes na sua obra, sendo um deles a compreensão de uma sociedade em construção, “dinâmica”, ou seja, impossível de ser retornada a um ponto anterior.

Alude para formação de nossa sociedade de classes, que guarda ainda

(...) resquícios de ordem senhorial e escravocrata da qual deriva historicamente, de tal forma que certos segmentos da população – em grau extremo os negros - encontram obstáculos, definíveis estrutural e funcionalmente, para a plena integração da nova ordem social (COHN, 2015, p. 17).

Já sob o ponto de vista de Paulo Freire (1981) – o educador pernambucano nascido em 19 de setembro de 1921 e falecido em 1997, considerado um dos mais notáveis pensadores da pedagogia mundial, que desenvolve sua trajetória calcada nos movimentos sociais e na compreensão das formas de dominação presentes no sistema de representações que se estendem para além da população negra, estando ela também contida nesse sistema de dominação – serve de ponto de ancoragem para compreender primeiramente a questão das cotas e depois e reconfigurar a população negra, nesse novo panorama de acesso a condições antes dificultadas, como o ingresso nas universidades e, no contexto em análise, ao serviço público.

Primeiramente, como nos situa Oliveira, Proença e Cruz (2014, p. 85), faz-se necessário rememorar não apenas a educação, mas o mundo do trabalho, mediado pelas relações balizadas pelo que os autores amparados em Althusser, inscrevem como “aparelhos ideológicos de Estado”. Ou seja, a forma pela qual a colonização apontada por Fanon é de fato operacionalizada reforça que nada têm de natural essas diferenciações, na condição como essas populações são excluídas, mas que se tratam de questões de natureza eminentemente histórica.

É de Freire a noção apontada em sua vasta obra, acerca do conceito de “resistência”. Esse termo, derivado da física, surge na sua obra como “o oposto a desistência” (Oliveira, Proença e Cruz, 2014, p. 94), ou seja, como bem define Freire

com a sua inconfundível lucidez, “a boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar” (Freire, 2000, p. 67). Briga essa compreendida como uma luta, primeiramente situada a partir da consciência de lugar, da apropriação histórica que conduziu os atores na perspectiva de Fanon, os “colonizados”, a uma situação de não ser, ou seja, onde se privam as condições de acesso irrestrito aos meios de produção materiais e simbólicos, dentre eles a educação e o trabalho.

A universidade, instituição tradicionalmente ligada às elites sociais e culturais, se firma no Brasil, no início da década de 2000 como um dos principais polos de discussão e de implementação do sistema de cotas. A Universidade de Brasília foi a primeira instituição a regular o acesso de estudantes através do sistema de cotas raciais, em 2004. Entretanto, só no ano de 2012 é sancionada a Lei 12.711 que institui no sistema de educação superior o acesso assegurado de metade das vagas distribuídas, não apenas entre a população autodeclarada negra e parda, mas também de alunos egressos de escolas públicas e com perfis de renda amparados pelos programas sociais.

E por que esse início pelo acesso dessas populações é importante pela via das cotas? Ainda na contribuição dada para a discussão da temática por Oliveira, Proença e Cruz (2014, p. 97),

A universidade é um ambiente disputado veladamente pela sociedade e pela classe dominante, que se apropria de todas as manifestações da classe dominada e utiliza o espaço acadêmico universitário como meio para impor sub-repticiamente suas normas. Ao mesmo tempo, por meio dos sujeitos, os quais já tomaram consciência de seu papel na sociedade, a universidade pode servir como porta aberta a indicar um desvelamento da realidade e pode operar por meio de uma contraideologia.

Ou nas palavras de Fanon (1968, p. 275), “operacionalizar historicamente a descolonização”, mudar a estrutura social que privilegia exclusivamente a classe dominante. Segundo o autor, é necessário que o homem negro se liberte de si mesmo, mas lentamente, porque há dois campos: o branco e o negro. Esta antinomia não é meramente uma oposição de cor de pele, mas uma oposição entre opressores e oprimidos. Estes, por sua vez, só podem se libertar negando a interdição promovida pelos colonizadores afirmando a si próprios.

Fanon (2008) examina o olhar do colonizador, ilustrando como a noção de positividade, clareza, limpidez, de termos como “denegrir”, são fenômenos construídos socialmente que resultam na exclusão do negro:

Quando me amam, dizem que é apesar da cor da minha pele. Quando me detestam, se justificam dizendo que não é pela cor da pele. Em uma ou outra situação, sou prisioneiro de um círculo infernal. O racismo, por sua vez, está também na designação do negro, a cor da pele lhe torna uma essência, o negro, o obscuro, as sombras, as trevas, a noite, as profundezas abissais, denegrir a reputação de alguém; e do outro lado: a mirada clara da inocência, a pomba branca da paz, a luz ofuscante, paradisíaca a alienação do negro não é apenas uma questão individual, e sim um fenômeno socialmente construído, mecanismo de exclusão social dos negros (2008, p. 109).

Ainda de acordo com o autor, se o colonizado tem em si um complexo de inferioridade, essa falsa percepção social e humana não é por acaso, mas se caracteriza enquanto um fenômeno de sepultamento da sua originalidade cultural e histórica, que foram desconsideradas em um processo de dominação no qual foi retirado da população negra a sua trajetória de lutas, vitórias e todo e qualquer traço que a representasse enquanto complexa, rica e diversa nos mais diversos aspectos. Ou seja, na indicação de que há ausência de civilização entre os povos colonizados. De modo que enquanto essa população negra era massivamente atacada e tinha contestada a sua legitimidade cultural, social e humana, ocorria o inverso com o continente europeu, onde sua população majoritariamente branca recebia ainda mais valorização e fortalecia um sistema de privilégios. Além disso, Fanon (1968) também aborda, a partir de um olhar crítico, que os colonos brancos não só deslegitimavam a cultura negra em detrimento da praticada pelos de sua etnia, mas também desenvolviam um processo de imposição de sua cultura, reforçando sua mensagem de solidariedade entre os oprimidos do mundo na luta contra todas as formas de opressão.

Essa manipulação com intuito de trazer diferentes valores aos povos negros dentro de uma métrica preconceituosa e racista sempre esteve marcada nos mais diferentes contextos e plataformas, e pode ser observada ainda hoje, como por exemplo, em ditados populares, nas escolas, livros didáticos, histórias em quadrinhos, periódicos, literatura, cinema, teatro, televisão, entre tantas outras produções culturais.

Em linhas gerais, a população negra também não é devidamente representada, sendo excluídas das posições e representações de destaque. E, trazendo para a atualidade, quando estão presentes, na maioria dos casos, são utilizadas com o intuito de fortalecer estereótipos negativos. Esses estereótipos podem ser em relação à sua cor e outras características físicas, inclusive buscando hipersexualizar seus corpos, tratando-os como objetos, ou mesmo colocando em interrogação, de modo malicioso, o nível intelectual dessas pessoas, impondo a elas mais uma vez a aniquilação total da história social e cultural que sua etnia carrega. Sendo assim, o racismo e a colonização extirpam do negro qualquer aspecto de valor e originalidade, excluindo esses sujeitos, impossibilitando seu crescimento profissional e social.

Ainda segundo Fanon (1968), deve-se colocar o negro em condição de igualdade com o branco no contexto universalista, visando assim superar o pretensão universalismo eurocêntrico, sendo a luta da população negra contra o racismo e o colonialismo muito além do que almejar uma suposta essência negra, mas de que o branco passe a reconhecer a humanidade do negro. E essa consciência de humanidade na escola se faz necessária de modo emergencial, diante de uma trajetória de séculos de opressão e desigualdade vivenciadas pelos negros enquanto brancos privilegiados buscavam a todo custo manter uma ilógica superioridade.

Para o autor, essa condição que ele descreve enquanto neurótica, onde o negro está aprisionado em sua “inferioridade” e o branco em sua “superioridade” deve ser superada através da luta, da transformação das condições materiais onde tais relações assimétricas se produzem. Desse modo, a partir de uma visão humanista e universalista Fanon defende a universalidade das lutas contra todas as formas de opressão que têm em comum a humanidade como objeto.

À guisa de registro, para continuidade do presente tópico, nos foi legada de Fanon toda uma obra visceral e amplamente engajada na compreensão dos aspectos psicológicos e sociais da população negra, e igualmente legados os conceitos de “colonização” e “descolonização”, inclusive para pensar reformas de ressignificação de populações como as pessoas internas em colônias psiquiátricas, realocando uma outra lógica de cuidados e de sujeitos, abrindo possibilidades para a reforma psiquiátrica, por exemplo, sendo ele um psiquiatra, mas sem necessariamente se ater a essa causa em particular, mas à causa dos excluídos, ou nas suas palavras, dos “colonizados”.

Do lado de cá, ou seja, no Brasil, que vez por outra tenta expurgar a contribuição de Freire à educação brasileira e mundial tendo este curiosamente mais prestígio e aplicabilidade nos países que já avançaram no equacionamento da justiça social e da igualdade de oportunidades ressurgem perigosamente a ameaça às cotas, ao racismo assumido de maneira grotesca pelos agentes públicos e em uma sociedade sem a devida maturidade democrática, atravessada por chagas não curadas através do tempo histórico, da educação e da consciência coletiva e sim, racista e preconceituosa, modelada a partir do pensamento hegemônico das elites, cuja população em sua quase totalidade dessa elite não faz parte, mas se apropria dos seus legados e dos seus valores.

Apesar de Paulo Freire não tratar especificamente de aspectos teóricos ligados a uma educação antirracista, o que requer abordagens e discursos didático-metodológicos e políticos apropriados, conforme conclui Oliveira, Proença e Cruz (2014), este nos legou um aparato teórico e pedagógico que nos permite, através do conceito de “resistência”, pensar e propor ações pedagógico-críticas contra a discriminação racial e a subalternização dos negros na escola, constituindo uma “práxis”, ou seja, uma aproximação real com o modo de conceber essas construções discursivas.

A perspectiva freiriana de compreensão da educação como prática de liberdade, encontra nos grupos oprimidos tudo que se contrapõe à ordem sistêmica e hegemônica numa sociedade capitalista, a saber, as mulheres, a população negra, as diversas configurações de gênero, dentre outras categorias e expressões culturais e étnicas, e aponta a necessidade de mostrar que a realidade brasileira, em particular o mundo da educação, pelo contexto que a caracteriza, demanda, mais apropriadamente, para sua compreensão e mudança, categorias como opressão e libertação, em particular quando tratamos de políticas afirmativas. E é ainda precisamente nesse encontro de similitudes e ecos pronunciados por esta educação como possibilidade de liberdade que vamos encontrar, mundo afora, captações precisas do discurso freiriano, que por sua vez é a síntese de todas as sedimentações das humanidades que o formaram, impulsionadas pelo (in)fortúnio de ser brasileiro destituído de sua liberdade e perseguido, por sua fala a favor dos oprimidos, tanto em vida, quanto em morte, até o momento atual e mais do que

nunca. Uma dessas captações essenciais se dá a partir da vida e obra de uma importante autora e educadora norte americana, bell hooks⁵.

Bell hooks, amparada em sua trajetória de vida como mulher negra, feminista, desenvolve durante o *apartheid* a noção de uma educação como instrumento de resistência às estratégias de colonização e um esforço contra hegemônico, que mais tarde encontraria amplas ressonâncias em Paulo Freire e Fanon, acerca da educação como prática de liberdade em contraposição à educação para reforçar a dominação, a colonização. Nesse sentido, ambas posições são vistas como possibilidades, em que uma evidencia o modelo hegemônico, ou seja, aquele sobre o qual se institui o domínio da cultura, da economia, dos processos sociais de modo ampliado; e o outro modelo, o contra hegemônico, comprometido com as liberdades, com as pluralidades, com as diversas e múltiplas expressões culturais, sociais e subjetivas de gênero e de etnias.

É precisamente nesse cenário multicultural que o ato pedagógico, transformado em luta pela liberdade, seja “capaz de criar uma revolução de valores que coloque as pessoas contra os sistemas de dominação, questionando a própria universidade em seu papel de partilhar a verdade a partir de suas próprias parcialidades” (OLIVEIRA et al., 2014, p. 220), ou nas palavras da própria bell hooks:

Renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais e a sociedade de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade (hooks, 2013, p. 50).

As similitudes com a perspectiva freiriana não se dão por acaso, ao contrário, elas evidenciam toda a potência da construção de uma sociedade comprometida com as múltiplas expressões do ser humano e, portanto, serve-nos para pensar as condições de acesso e de garantias na luta pela igualdade em um país e precisamente em uma região ou estado onde essas discrepâncias são tão evidentes.

Portanto, a população negra possui elementos de sua identidade marcada de maneira indelével pelas contradições históricas, de ordem social e política, que

⁵ Pseudônimo da escritora e professora norte americana Gloria Watkins.

precisam ser “dinamizadas”, na acepção florestaniana, pois como ressalta Nilma Lino Gomes

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. Portanto, a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade (GOMES, 2012, p. 41).

Nesse sentido, para a autora, um dos desafios maiores na construção da identidade negra, de forma positiva na nossa sociedade, é romper com um conjunto de crenças e de práticas históricas de que “para ser aceito, é preciso negar-se a si mesmo” (p. 43). Chama a atenção também para as condições de enfrentamento dessas questões, não pela via da subjetividade apenas, como se o negro se sentisse assim por uma questão de autoestima, de autoaceitação e, desse modo, pudesse ser resolvido. Trata-se de um desafio ainda mais profundo e que não depende apenas da pessoa negra, mas trata-se de um desafio político e social, que passa, nas palavras de Munanga por uma

(...) tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (MUNANGA, 2003, p. 187).

Em poucos momentos da história do Brasil, talvez pela primeira vez, as lutas dos segmentos oprimidos de uma sociedade capitalista puderam ser minimamente representadas ou materializadas em garantias legais, que nada mais faziam do que preservar a uma parcela fundamental da sociedade e da matriz étnica do Brasil, o mínimo de acesso à garantia de direitos fundamentais como a educação e a diminuição da condição de desigualdade pelo mecanismo das políticas compensatórias. E são dessa natureza justamente porque a sociedade, no seu conjunto de pensamento e ordenamento político e jurídico e pela sua “dinamicidade” ainda que tardia, como nos alude Florestan Fernandes, já reconheceu, de modo irretornável, os prejuízos humanos, sociais e culturais da população negra.

4 PRODUÇÕES ACADÊMICAS CORRELATAS AO TEMA NO PERÍODO DE 2008 a 2018

Para o mapeamento das produções acadêmicas correlatas ao tema foi realizado um levantamento no *site* de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) durante o período de 2008 a 2016 e, mais recentemente, no repositório acadêmico do NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, abrangendo o período de 2008 a 2018.

Feita a busca no Repositório Digital Institucional da UFPR Teses & Dissertações, utilizando o descritor NEAB PR (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná), foram apresentadas no total 17 teses e dissertações, período delimitado entre 2010 – 2019. Justificando a análise de dissertações, a busca por estudos direcionados às Políticas Afirmativas (PA), não encontramos em um estudo direcionado a essa temática.

Segue o quadro com Título e trecho do resumo para análise de abordagem ao tema de estudo. Explicitando a falta de análise normativa sobre as Políticas Afirmativas e a Lei 14.274/03, com sujeitos professores pedagogos negros na Rede Estadual do Paraná, no acervo da Instituição.

Quadro 1 – Síntese dos estudos publicados no Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná

TEMA	RESUMO
Política de ação afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de intelectuais negros (as) Marçal, José Antônio (2011)	A pergunta-problema do estudo tem a seguinte formulação: quais as condições existentes e necessárias para a formação intelectual de alunos negros que ingressaram pela política de cotas da UFPR? (Trecho do resumo.)
Relações raciais no livro didático público do Paraná Pacífico, Tânia Mara (2012-03-05)	Os focos de análise foram: a) em que medida o Livro Didático Público – Folhas contempla as definições legais do artigo 26-A da LDB (modificado pela Lei 10.639/03), o Parecer 03/2004 e Resolução 01/2004 do CNE; b) que estratégias ideológicas de hierarquização entre brancos (as) e negros

	(as) foram captadas nas políticas públicas e nos livros.
<p>Relações raciais em livros didáticos de ciências</p> <p>Mathias, Ana Lucia (2011)</p>	<p>Considerando as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, sobre livros didáticos como instrumentos curriculares e documentos oficiais sobre o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), a pesquisa buscou responder ao seguinte problema: que formas de hierarquização racial, especialmente entre brancos (as) e negros (as), são observadas em amostra de livros didáticos de ciências distribuídos pelo PNLD nos anos de 2008 e 2011?</p>
<p>Relações raciais, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e livros didáticos de geografia</p> <p>Santos, Wellington Oliveira dos (2012)</p>	<p>O objetivo foi analisar formas de hierarquização racial que podem estar presentes em livros didáticos de Geografia do ensino fundamental. Utilizamos a teoria da ideologia de J. B. Thompson para a interpretação das formas simbólicas presentes nesses materiais, combinada com procedimentos de análise de conteúdo para organização e interpretação dos dados. Na análise do contexto sócio histórico de produção e circulação dos livros didáticos, consideramos as discussões em torno do racismo brasileiro, além de pesquisas sobre discursos racistas em várias mídias e principalmente aqueles expressos nos livros didáticos.</p>
<p>Livros didáticos de língua portuguesa: escolha, distribuição, uso e discussão sobre direitos das crianças e adolescentes</p> <p>Flavinha, Karina (2013)</p>	<p>Na análise das imagens, textos e personagens dos livros didáticos, o silêncio e a naturalização atuaram no sentido de ocultar e naturalizar as relações de dominação de adultos sobre crianças. A estratégia ideológica da estigmatização também foi identificada nos discursos dos livros referentes ao Trabalho Infanto-Juvenil, apresentando tal atividade como exclusiva da infância pobre e negra. Nos discursos da professora constatamos a estratégia do</p>

	deslocamento, que atuou no sentido de dissimular fatores de âmbito dos direitos universais das crianças,
<p>Políticas de promoção da igualdade racial na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis/SC</p> <p>Carvalho, Thaís Regina de (2013)</p>	<p>Nossa pesquisa guiou-se pela seguinte indagação: Quais os limites, dificuldades e contradições nas formas de interpretação, de implantação e tradução das políticas de promoção da igualdade racial na rede de educação infantil de Florianópolis/SC? Para a realização da investigação optamos pela abordagem do Ciclo de Políticas (Ball; Bowe, 1992, 1994), focando a análise nos Contexto de Influência, Contexto da Produção de Texto e Contexto da Prática. A pesquisa está ancorada nos estudos sobre educação infantil e relações raciais, promoção da igualdade racial, branquidade e desigualdades educacionais.</p>
<p>Relações raciais, discurso e literatura infante-juvenil</p> <p>Araújo, Débora Cristina de (2010)</p>	<p>A presente pesquisa teve como objeto de análise os discursos sobre os grupos raciais brancos e negros, produzidos a partir de leituras de obras infante-juvenis em salas de aula. A partir dessa perspectiva foi constituído o problema de pesquisa: os discursos da literatura infante-juvenil e sua interpretação, em contexto escolar, apresentam estratégias ideológicas relativas à dominação racial?</p>
<p>Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para educação infantil.</p>	<p>Organizado em três etapas, a HP permitiu uma compreensão sistemática: na análise sócio histórica desenvolveu-se um levantamento específico sobre pesquisas que articularam literatura infante-juvenil e relações raciais; na análise formal ou discursiva foi possível estabelecer as características das amostras analisadas e, por fim, a terceira etapa, chamada de interpretação e reinterpretação dos resultados, possibilitou, aliada às outras duas etapas, a constatação de que existem, ainda que em baixa</p>

	frequência, representações positivas de alguns personagens negros. Contudo, os personagens brancos, além de continuarem aparecendo mais vezes que os negros nas narrativas, são mais bem (re)tratados.
<p>Arte e silêncio: a arte africana e afro-brasileira nas diretrizes curriculares estaduais e no livro didático público de arte do Paraná</p> <p>Oliveira Neto, Marcolino Gomes de (2012)</p>	<p>O silêncio, nessa dissertação, foi tratado como uma das formas de operação da ideologia que procura manter e reproduzir relações de dominação. Para verificar tal hipótese, utilizamos o método conhecido por Hermenêutica de Profundidade, que possibilitou uma análise do texto e das imagens, estes presentes no Livro Didático Público de Arte para o Ensino Médio. Antes de analisarmos tais publicações, discutimos a presença negra na sociedade paranaense argumentando que essa sempre foi significativa, procurando entender o processo de embranquecimento e as estratégias para sua eliminação física e também da história oficial do estado.</p>

Fonte: NAEB/UFPR

No quadro é possível verificar as publicações que antecedem o início do Programa de Pós-Graduação Teoria e Prática de Ensino PPGETPEn, em 2015 com o Mestrado Profissional (MP) ou seja, as publicações partem apenas de estudo do mestrado acadêmico PPGE/UFPR.

Dessas publicações chama a atenção o trabalho desenvolvido por Carvalho (2013) acerca da “Promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil”, dados os “limites, dificuldades e contradições nas formas de interpretação, de implantação e tradução das políticas de promoção da igualdade racial na rede de educação infantil de Florianópolis/SC”. Essa análise se revela importante para as questões que sulearam nossa pesquisa, pois um dos aspectos mais destacados na implementação das políticas de igualdade racial, diz respeito justamente à dificuldade que as gerações de pessoas negras encontram de subjetivamente se afirmarem como tais, mediante primeiramente à condição de autoafirmação, que engendra sujeitos políticos e condição *sine qua non* para o reconhecimento das lutas

e condições históricas que dificultaram o acesso ao que é de direito de todos. E essa condição já sendo despertada desde o ensino infantil aponta para uma geração de pessoas negras que podem mais apropriadamente se reposicionarem nessas lutas.

Igualmente importante, no tocante ao cenário do ensino superior, particularmente na contribuição das políticas afirmativas, no que concerne à formação de intelectuais negros, chamou-nos atenção o estudo desenvolvido por Marçal (2011), tematizando a “Política de ação afirmativa na UFPR e a formação de intelectuais negros”. Nesse sentido, o estudo discute as condições não apenas existentes, mas também as demandadas, não apenas para o ingresso, mas principalmente pela emergência e consolidação da formação de intelectuais negros, de forma representativa e significativa nos quadros da instituição, apontando para as condições ora possibilitada e vislumbrando um desafio ainda maior.

A revisão da produção correlata possibilita inserir nossa pesquisa no rol das propostas de estudos críticos, que se somam a um conjunto de outros estudos que pretendem dar visibilidade à temática da representação de pessoas negras nos espaços acadêmicos e de produção científica. Dessa maneira, nosso recorte evidencia o caráter político e social dos estudos de representatividade, principalmente os desenvolvidos no âmbito do NEAB/UFPR, sem nos ater à ampla produção acadêmica de pessoas negras em todos os campos de conhecimento, sem que sejam transpassadas pelas questões raciais.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

No presente estudo, acerca da temática das cotas raciais, sob sua especificidade de aplicação nos concursos públicos, particularmente os referentes aos indicadores dos municípios no tocante ao acesso ao magistério através do uso das cotas, busca-se, a partir desse recorte, deduzir, construir um raciocínio que compreenda as questões raciais no caso estudado, como fatores que agravam as condições de acesso da referida população aos postos efetivos do serviço público.

Na perspectiva de categorização do método, valemo-nos da possibilidade apontada por Malheiros (2011, p. 33) acerca do método dedutivo, sinalizando este que “busca, por meio da razão, construir um raciocínio que explique um caso individual por uma regra mais geral”, corroborando uma perspectiva de “dívida social” apontada por Joaquim Barbosa (2003), referindo-se à toda conjuntura social, histórica e cultural e desfavoreceu secularmente a população negra.

Enquanto pesquisadora, a escolha pela temática se deu a partir das inquietações como parte da população negra, que acompanha o percurso da propositura da lei e os desafios para a sua efetividade. Em suma, o método utilizado tem como finalidade possibilitar deduções amparadas no lastro teórico que os estudos e pesquisas anteriores acerca da temática possam oferecer, o contato com as experiências e vivências dos educadores, estrato do qual também faço parte, e da compreensão do significado social e político das questões raciais, no contexto do serviço público, a partir das representações dos sujeitos e das análises produzidas.

5.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Quanto à sua abordagem, o estudo pode ser considerado qualitativo, uma vez que a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1995, p. 21-22), responde à questão muito particular, preocupando-se e trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos.

Como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma busca nas principais bibliografias, análise de documentos, questionários e a entrevista semiestruturada.

De acordo com Lakatos & Marconi (2016, p. 33) a pesquisa bibliográfica “constitui um apanhado geral dos principais trabalhos realizados e tem sua importância na medida que são capazes de oferecer dados atuais e relevantes sobre o tema em estudo”. Ainda segundo o autor, a pesquisa bibliográfica tem como finalidade a aprendizagem e a aquisição de conhecimento que exige do pesquisador: organização, comprometimento, disciplina e atitude investigativa.

Para isso, foram utilizadas referências como documentos, artigos publicados em diversas plataformas, como monografias, dissertações, teses, livros, fichamentos, documentos, revistas e sites que são referência em suas áreas de atuação e de acordo com as temáticas escolhidas para esse estudo.

Compreendemos ainda, como parte importante do estudo, a análise de fontes documentais ora explicitadas. Conceitualmente recorre-se à análise de documentos, sendo esse um conceito “não simples de se produzir”, de acordo com Sá-Silva (2009, p.4), sendo a pesquisa documental,

Um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar.

Isso revela a importância de documentos, muitos dos quais únicos, como as produções locais de teses e dissertações sobre a temática, embora seja facilitado o seu acesso através de meios eletrônicos. A pesquisa em documentos tratou-se, no

caso do presente estudo, de uma etapa auxiliar, conjuntamente à utilização de dados primários produzidos no contexto do estudo a partir das entrevistas.

Como ferramenta de contato e registro, o questionário de informações demográficas e pré-seleção da amostra foi um instrumento de suma importância. Segundo Ludwig (2015, p. 66) o questionário pode ser considerado como instrumento de coleta de dados destinados a informantes pré-determinados e competentes para responder aos questionamentos. Foi precisamente esse instrumento que subsidiou as entrevistas, as quais foram encaminhadas eletronicamente aos entrevistados.

A primeira fase da pesquisa consistiu na construção de uma narrativa teórica que possibilitasse abarcar a temática principal do estudo, através da tentativa de composição de um histórico das políticas compensatórias e de inclusão. Esse esforço teórico possibilitou uma interpretação mais próxima do caso da Lei que contempla esse aspecto em relação à população negra do Estado do Paraná, evidenciando as suas motivações históricas, sociais, econômicas, jurídicas e políticas.

Partindo da problemática suscitada no estudo, atravessada por questões como: *Qual é o impacto real de Lei e as suas principais características? Qual mudança estrutural das relações raciais, em especial no que diz respeito ao ingresso de professores pedagogos através das Políticas Afirmativas? Qual real alteração estruturalmente à sub-representação de negros nos espaços escolares do professor pedagogo a partir do consenso da invisibilidade?* Tomou-se como base a delimitação geográfica do Estado do Paraná, contemplado na pesquisa a partir da amostra geograficamente procedente da capital Curitiba e cidades do seu entorno, por se tratar do primeiro estado da Federação onde um instrumento legal balizou o acesso de pessoas autodeclaradas negras a vagas de concursos públicos.

Por fim, foi utilizada a aplicação de questionários. Em um primeiro momento, esses instrumentos refletiam um caráter demográfico, com informações que permitiam traçar um perfil dos participantes, sendo estes enviados eletronicamente, através de e-mail. Realizado a devolutiva desse modelo de instrumento, a princípio com questões objetivas, concomitantemente ao desejo expresso de participar da pesquisa, foram agendadas com esses educadores uma entrevista, pautada a partir de três questões abertas, que possibilitassem ao entrevistado explicitar como compreende a temática do estudo.

Essa etapa se revelou desafiadora, em função do tempo e da distância dessas cidades. Intentava-se produzir um número de entrevistas a partir da cota mínima de questionários encaminhados (12 no total). No entanto, só foi possível produzir as entrevistas com metade da amostra inicialmente definida (06 entrevistados).

Os sujeitos da pesquisa, emergidos da etapa de levantamento junto à SEED do Estado do Paraná (a qual explicamos em seguida), tratavam-se de professores pedagogos negros, atuantes da rede de ensino, não necessariamente alçados ao serviço público como cotistas, mas capazes de discutir a questão, ora por fazer parte desse mecanismo de acesso e de compensação, ora por revelar outras possibilidades de acesso. Essa peculiaridade da amostra revelou aspectos importantes da questão de acesso de pessoas negras às vagas nos concursos, pois alguns entrevistados sequer sabiam da forma de acesso ao serviço público pela via das cotas, mesmo tendo sido efetivadas no serviço público após a vigência da Lei 14.274/03.

A partir da análise das respostas, o conteúdo apresentado nas falas, apontava para uma diversidade de problemáticas que deram origem às unidades de análise, após a transcrição das repostas gravadas em áudio. Posteriormente registrados e analisados de acordo com a metodologia de análise de conteúdo pelo método lógico-semântico proposto por Laurence Bardin (2004).

5.2 A PESQUISA EM MOVIMENTO

Inicialmente foi realizado um levantamento de dados junto à Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED, tendo em vista a identificação da oferta de vagas nos últimos processos de seleção. As pessoas identificadas como autodeclaradas negras, foram relacionadas e contactadas através de mensagem instantânea, aceitando fazer parte do estudo.

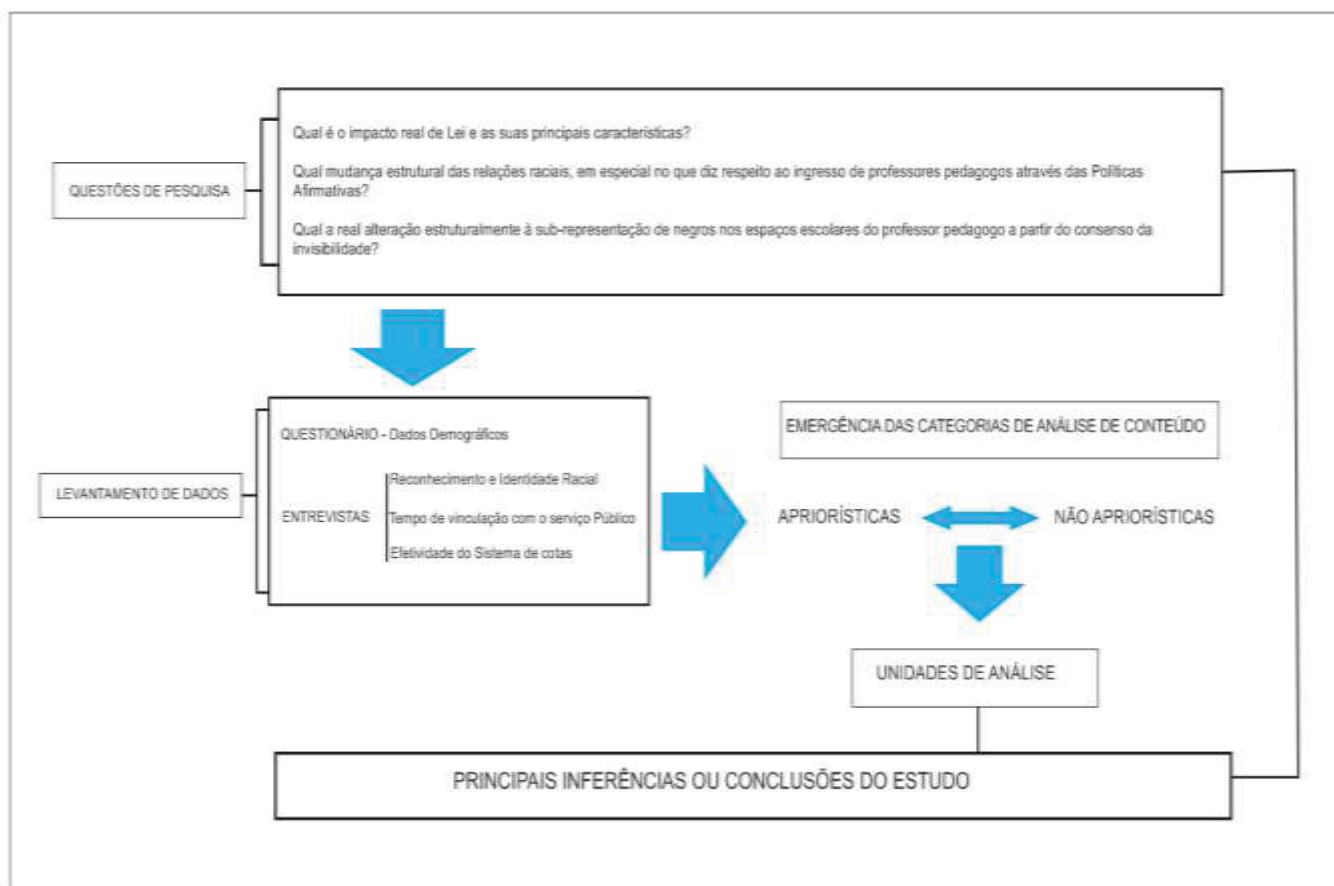
Conforme descrito anteriormente, foram encaminhados os questionários, em um primeiro momento de contato, via e-mail e telefone, quando os possíveis entrevistados se prontificaram em responder. Como a pesquisa precisava cumprir os prazos estipulados no cronograma, cumprir determinadas etapas obrigatórias como o exame de qualificação, à época, apenas 03 pessoas haviam devolvido as respostas. Como estratégia secundária, avaliou-se expandir o envio de questionário

para pedagogas de outros municípios, a fim de dar conta da amostra mínima proposta no estudo. Foram contatados mais 03 pedagogos e o deputado Geraldo Cartário, que foi o proponente da lei 14.274/2003, que pôde então contribuir na compreensão das motivações, desafios e do percurso do referido instrumento legal desde a sua propositura até a sanção e efetivação.

5.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise parte da realidade do tempo dos sujeitos inseridos no ambiente escolar por se tratar de transformação desses profissionais a partir das políticas afirmativas e suas possíveis ações de conscientização de direito de uso dessas políticas, tanto no ambiente escolar quanto no âmbito da comunidade em geral será em forma de relatos a partir de entrevistas individuais, amparadas na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2004).

Figura 1 – Análise de conteúdo aplicada no contexto do estudo



Fonte: a autora.

Bardin (2004) propõe a análise de conteúdo a partir de um conjunto de técnicas no âmbito das comunicações, as quais se valem de procedimentos realizados a partir de uma sistematização e com finalidades objetivas que visam interpretar e inferir acerca dos conteúdos. Desse modo, a autora define o método de análise de conteúdo como “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2004, p. 9).

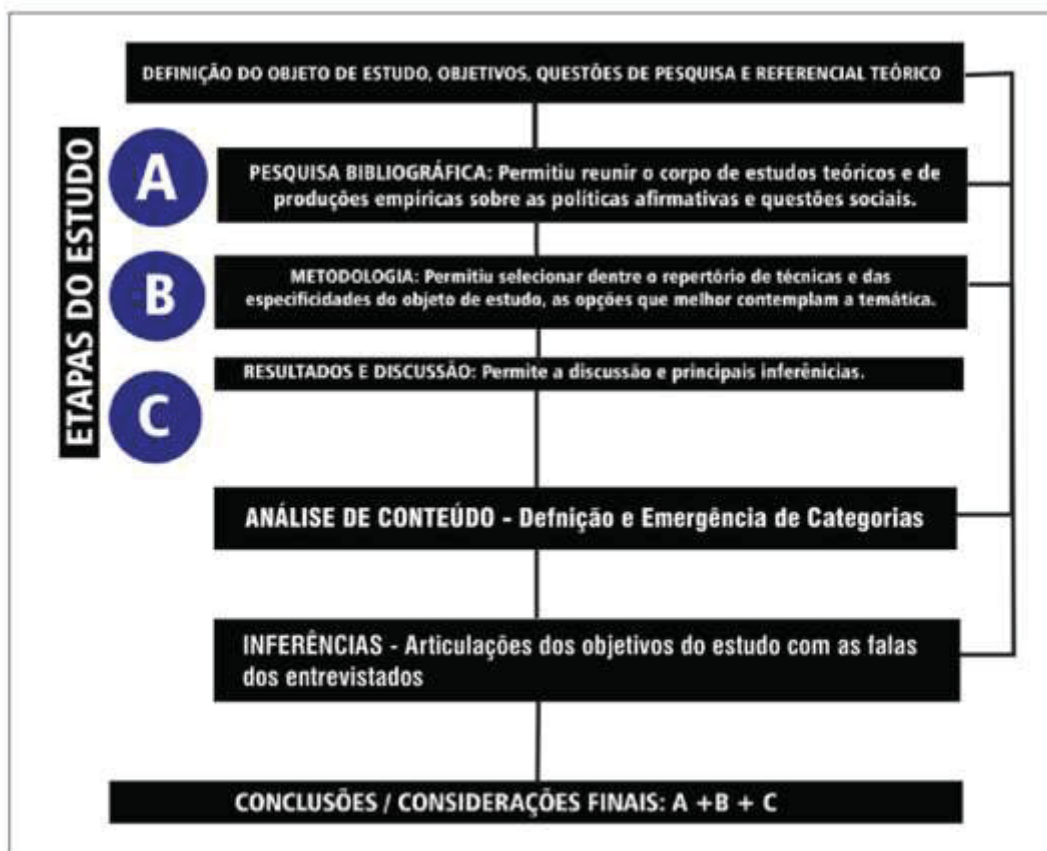
Desse modo, a análise dos questionários e das entrevistas obedeceu, de modo geral, às seguintes fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2004).

Na pré-análise do material, após a devolutiva das entrevistas, procedeu-se à transcrição dos áudios, o que possibilitou uma aproximação da pesquisadora com o conteúdo, e posteriormente procedeu-se à construção de um quadro em planilha que permitiu uma visão geral dos dados demográficos e das entrevistas.

A seleção das unidades de análise foi possível a partir da reunião das tendências expressas nas falas dos entrevistados, em pontos de aproximação ou de divergências, acerca da temática das cotas amparadas pela lei em comento. A análise por temas (análise temática), segundo Campos (2004, p. 611) “nos leva ao uso de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise”.

A definição, portanto, dos temas presentes nas falas, parte inicialmente da transformação das perguntas expressas no questionário de pesquisa em diálogo com as questões norteadoras do estudo, de onde as respostas puderam ser organizadas em categorias temáticas que por sua vez, passaram pelo crivo de interpretação da pesquisadora, na tentativa de compreender e articular entre os entrevistados, as tendências, semelhanças e dissonâncias das falas.

Figura 2 – Esquema de desenvolvimento geral do estudo



Fonte: a autora.

Como desdobramento secundário da pesquisa, intentou-se descobrir a existência ou não da conscientização de etnia e oportunidades através das políticas afirmativas entre esses professores a fim de que possam repassar para os estudantes e comunidade externa essas alternativas, visto que muitos dos estudantes da região não se identificam e não utilizam dessa alternativa por não se reconhecerem a partir dessa identidade.

6 O QUE DIZEM OS DADOS OFICIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE AS COTAS RACIAIS E COMO ESSES INDICADORES SE EVIDENCIAM NA AMOSTRA

Os levantamentos iniciais de dados estatísticos, presentes nesse estudo, advindos de dados secundários, coletados em meio aberto junto à Secretaria de Educação do Estado do Paraná, apontam para um percentual ainda bastante reduzido de acesso dos candidatos pela via da lei de cotas raciais, em se tratando de acesso a vagas destinadas para essa modalidade no Estado.

Em pelo menos cinco municípios, incluindo a capital paranaense, registra-se nos últimos concursos, um total de duzentas e sessenta e duas vagas (n=262) preenchidas por pessoas autodeclaradas negras. A capital Curitiba representa quase a totalidade das classes investigadas (n=207).

Tabela 2 – Número de Professores Pedagogos por Município e Cor/Raça

MUNICÍPIO	NÃO DECLARADA	NEGRA	PARDA	TOTAL POR MUNICÍPIO
Almirante Tamandaré	5	5	8	18
Colombo	13	2	13	28
Curitiba	133	19	55	207
Itaperuçu	1	1	3	5
Rio Branco do Sul	0	1	3	4
TOTAL GERAL	152	28	82	262

Fonte: SEED/SUED/DIRPE/CIE - Disseminação de informações Educacionais. Adaptado pela autora, 2018.

De acordo com o levantamento inicial, a Secretaria Estadual de Educação do Paraná apresenta os dados acima explicitados, sem correlacioná-los a um percentual que deveria ser contemplado, corroborando a fragilidade da Lei 14.274, já apontada por Souza (2010, p. 400), onde a autora discorre acerca dessa “invisibilidade” da população negra, citando que não há estudos que justifiquem o percentual de 10% das vagas, como sendo um valor razoável, construído a partir de uma racionalidade jurídica ou mesmo demográfica, sem levar em conta a natureza das expressões do racismo no Estado do Paraná, desprezando o contingente total dessa população.

Diante dos dados oficiais optou-se por selecionar dez pedagogos para, por meio de entrevistas semiestruturadas, aprofundar a discussão proposta nesta dissertação.

Conforme o quadro abaixo, das 10 pessoas selecionadas para o estudo, de acordo com o procedimento metodológico, com questionários enviados eletronicamente por e-mail e com contato prévio via mensagem instantânea, apenas 09 responderam, das quais 06 se dispuseram a responder uma entrevista.

Tabela 3 – Levantamento de dados das entrevistas

Sexo	Idade	Etnia	Naturalidade	Graduação	Pós-Graduação
Feminino	46	Negra	São Bernardo do Campo, SP	Particular	Pública
Feminino	50	Negra	Engenheiro Beltrão, PR	Particular	Particular
Feminino	41	Negra	Rio Branco do Sul, PR	Particular	Particular
Feminino	38	Negra	Curitiba, PR	Particular	Particular
Feminino	39	Negra	Rio Branco do Sul, PR	Particular	Particular
Masculino	37	Negra	Adrianópolis	Particular	Particular
Feminino	42	Negra	São José de Caucaia, PR	Particular	Particular

Fonte: a autora.

O estudo em curso tem como finalidade produzir uma coletânea de informações, dados secundários e suscitar novos debates, além de estimular os já existentes, acerca da implantação e implementação da Lei 14.274/03, concomitante à 10.639/03 que, no Estado do Paraná, propõe a reserva de um percentual de dez por cento de pessoas autodeclaradas negras como ocupantes do cargo de professor pedagogo. Acerca do percentual de 10%, a afirmação e legitimação da inclusão a que se refere a lei, ampara-se em que cada estado tem sua autonomia a partir da normativa, previstas no âmbito da Constituição Federal, especificamente, a partir da Lei 12.990, que estipulava o percentual de 20% de vagas.

As razões pelas quais a lei passou à vigência é fruto de um debate de protagonismo de diversas entidades civis, como o Movimento Social Negro, que a despeito da suposta “inexistência” da população negra que fizesse jus à ocupação desses cargos, havia na verdade uma “invisibilidade” dessa mesma população, camuflada por séculos de exclusão social e cultural.

Motivada por essas questões é possível refletir, por exemplo, o porquê em um ambiente, conforme cotista racial, de duas mil pessoas não se havia notado a presença de somente 10 negros. Ou, por que não se conseguiu relacionar, na maioria das vezes, a necessidade do Programa de Cotas Raciais nos concursos públicos com esta ausência de professores pedagogos do Paraná? Ou, por que ainda neste cenário ouviu-se a defesa das cotas sociais como sendo um processo justo e das cotas raciais como não sendo justas, mesmo que em muitos ambientes, segundo os próprios atores, seriam de quase cem por cento de brancos? Afirma-se o sistema capitalista uma competição desigual e desvantagem socioeconômica?

Talvez como tendência dos primeiros achados, é que algumas entrevistadas autodeclaradas negras não conheciam a modalidade de entrada através das cotas, ou não as utilizaram para o acesso à vaga. Isso nos faz pensar na necessidade de seguir estritamente os critérios de inclusão para o estudo, a saber todos aqueles professores pedagogos que efetivamente tiveram acesso ao serviço público pela lei de cotas.

Outro ponto a ser observado, para além da implantação das cotas, é a qualidade destas ações, onde há debate que não leva em consideração a questão da identidade e representatividade racial, pois não se trata de apenas impor regras, mas restaurar direitos e ações para não inferioridade e não mero ativismo desumanizado. Um dos grandes desafios tem sido a pouca produção de dados e de indicadores sociais sobre o Programa de Cotas Raciais nos Serviços Públicos do Paraná, concomitante a Lei Federal n.º 10.639/03 e Lei Federal n.º 11.645/08, que passa a incluir a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, e dos povos indígenas no currículo oficial da rede de ensino

No caso dos dados que subsidiam a presente pesquisa em curso, estes não existem ou pouco existem e não foram cruzados de modo a se constituírem como parâmetros, ou sequer foram repassados. Assim sendo, é necessário estabelecer indicadores que comprovem a situação de desvantagem dos grupos raciais e dar visibilidade para estas situações, até mesmo no sentido de planejar políticas públicas de maneira mais assertiva, unindo forças para eliminar a prática de discriminação para fazer valer a lei e consolidar essa resistência.

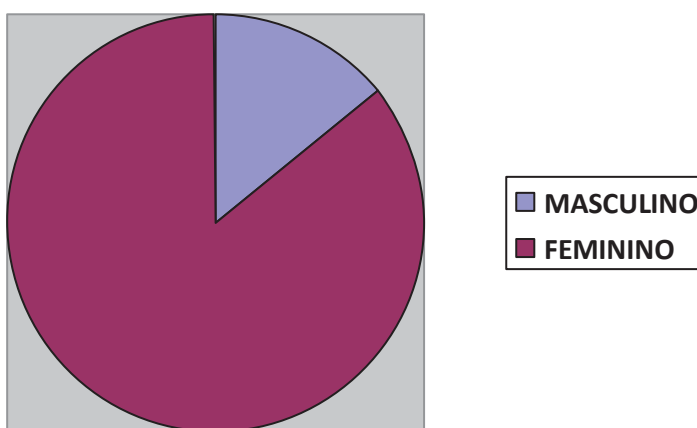
6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PEDAGOGOS

Abaixo são apresentados os indicadores eleitos para este estudo, por entender que dão uma característica geral aos pedagogos e os contextualizam neste trabalho. São eles: sexo, idade, local de nascimento, etnia e formação acadêmica.

6.1.1 Sexo

A predominância de mulheres negras, no que se refere às cotas, pode ser pensada a partir dos registros de gênero enquanto potencializadores de transformações e desafios para a população de mulheres, nas quais as questões raciais somam-se a esse conjunto de fatores.

Gráfico 2 - Composição da amostra por sexo

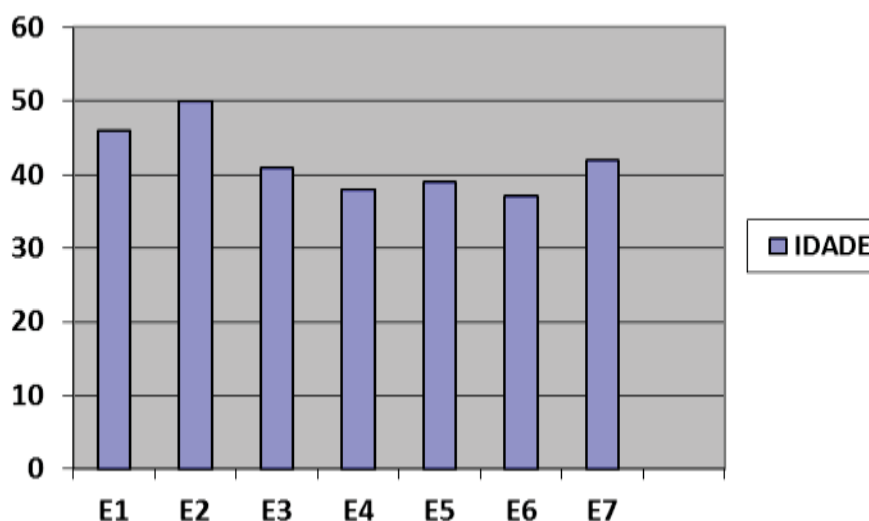


Fonte: Levantamento de dados primários realizado pela autora.

Predomínio na composição da amostra, de pessoas do sexo FEMININO P=85% contra 15% do sexo MASCULINO.

6.1.2 Idade

Esse recorte de faixa etária abarca uma parcela da população negra que embora com dificuldades advindas do processo histórico e social desfavorável, buscava acesso de maneira ainda mais desigual e desproporcional aos seus direitos fundamentais, sem o amparo das cotas raciais.

Gráfico 3 - Composição da amostra por faixa etária

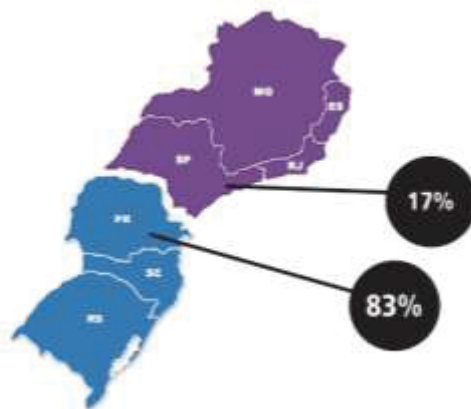
Fonte: Levantamento de dados primários realizados pela autora.

Os entrevistados gravitam na faixa etária de 41 anos de idade, em média. $M=41,83$. No contexto da amostra, as pessoas estão situadas na faixa de profissionais atuantes no mercado de trabalho, na qual não havia ainda a ampla divulgação de políticas compensatórias, seja no acesso ao ensino superior, seja no acesso ao serviço público, apontando tanto para a possibilidade de não cobertura desses quantitativos quanto para a exclusão do sistema público de ensino superior, quando se considera também o número de pessoas que cursaram o ensino superior na rede privada ($P=100\%$).

6.1.3 Local de nascimento

Uma das críticas à Lei 14.274/03 é que a mesma foi respaldada em critérios desconhecidos para a cota de 10% de pessoas negras em concursos públicos, reforçando a invisibilidade da população negra, perante o conjunto da população.

Figura 3 – Composição da amostra por Estado da Federação



Fonte: Levantamento de dados primários realizado pela autora.

Predominância de pessoas nascidas no estado do Paraná. N=5, o que na amostra equivale a 83% conta 17 %, nascido em São Paulo – região Sudeste, estado vizinho da região Sul.

6.1.4 Etnia

O processo de identidade é uma construção da própria população de pessoas negras, a partir do critério de autorreconhecimento e de afirmação de sua identidade étnica. A totalidade de pessoas entrevistadas foi autodeclarada Negra. Porcentagem 100%.

6.1.5 Formação acadêmica

Graduação

Equivalência de pessoas que realizaram a graduação em instituições privadas entre os dados da amostra (N=7). Podemos perceber a partir do levantamento da que 100% dos professores entrevistados concluiriam o ensino superior no sistema de educação privada.

Gráfico 4 - Composição da amostra por procedência da graduação



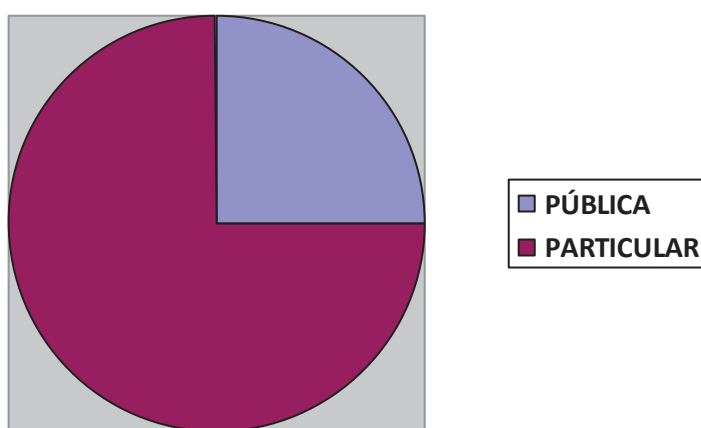
Fonte: Levantamento de dados primários realizados pela autora.

Situados na faixa etária que excluía a possibilidade de política de cotas na formação superior, o acesso à universidade pública era ainda mais dificultado.

Pós-Graduação

Predominância de pessoas que realizaram a Pós-Graduação em instituições privadas entre os dados válidos. N=6 de um universo de 7 entrevistados.

Gráfico 5 - Composição da amostra por procedência da pós graduação



Fonte: Levantamento de dados primários realizados pela autora.

Quanto à continuidade de estudos após a formação superior inicial, o acesso à universidade pública ainda é dificultado, levando as pessoas a optarem pelos cursos privados, como forma de complementação da formação.

6.2 O QUE DIZEM OS PEDAGOGOS PESQUISADOS SOBRE AS COTAS RACIAIS

Para exposição e análise das falas dos pedagogos entrevistados, metodologicamente optou-se por duas categorias, fundamentadas a partir do referencial proposto para análise metodológica do conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1978), denominadas de categorias apriorísticas e não apriorísticas.

6.2.1 Categorias apriorísticas

A partir das questões norteadoras da pesquisa, foram definidas como categorias apriorísticas, ou seja, que foram definidas previamente, as seguintes:

A - Dados demográficos da população estudada: Nessa categoria, serão registradas informações como sexo, idade, local de nascimento e procedência institucional da formação escolar dos entrevistados.

B - Reconhecimento da Identidade Étnica ou Racial: Nessa categoria, serão registradas informações como a percepção individual em relação a identidade étnica ou racial e qual termo melhor se aplica a essa identificação.

C - Período de Vinculação com o Serviço Público: Nessa categoria, será registrada a informação do tempo decorrente de ingresso no serviço público.

D - Efetividade do Sistema de Cotas do Estado do Paraná: Nessa categoria, serão registradas informações como a utilização do sistema de cotas para ingresso no serviço público, a percepção dos entrevistados em relação à importância do sistema de cotas para população parda e negra no ingresso no serviço público, além da opinião favorável ou contrária à política de cotas para negros no concurso público do Paraná.

6.2.2 Categorias não apriorísticas

Tratam-se de subcategorias que têm como principal finalidade, no estudo, auxiliar na interpretação dos dados. São, portanto, as questões transformadas em assertivas, que darão possibilidade de serem subdivididas em unidades de análise. No estudo em curso, as categorias apriorísticas foram definidas tomando-se como referência as questões que compunham o questionário (Anexo 1), descritas abaixo: *Promoção da diversidade étnico-racial no serviço público com o advento da lei; Relevância da política de cotas para a população negra; e Repercussões da identidade dos professores negros optantes pela política de cotas sobre as suas práticas docentes*

Abaixo, no Quadro 2, são expostas as categorias não apriorísticas, com suas respectivas unidades de análise.

Quadro 2 – Categorias não apriorísticas e unidades de análise

CATEGORIAS APRIORÍSTICAS	CATEGORIAS NÃO APRIORÍSTICAS UNIDADES DE ANÁLISE
1 - Promoção da diversidade étnico-racial no serviço público com o advento da lei	a) Insuficiência das cotas para a garantia de acesso e de efetivação no serviço público. b) Dificuldades e preconceitos na promoção da diversidade pelas cotas. c) Avanços na promoção da igualdade racial no serviço público. d) Tensão entre uma geração de pessoas negras que reconheciam as dificuldades de acesso sem nenhuma mediação legal e uma geração de pessoas se autoafirmando em sua identidade étnica.
2 - Relevância da política de cotas para a população negra	a) Processo em construção que colabora com a consolidação de direitos fundamentais para a população negra. b) Reconhecimento da contribuição das políticas afirmativas e da necessidade de

	garantias de continuidade na busca pela igualdade no serviço público. c) Identidade étnica como ponto de partida para o acesso às políticas afirmativas.
3 - Repercussões da identidade dos professores negros optantes pela política de cotas sobre as suas práticas docentes	a) Repercussões e formas de atuação dos professores sobre temas como preconceito, pertencimento a comunidades tradicionais (quilombos) e obrigatoriedade da temática racial no currículo.

Fonte: a autora.

Quadro 3 – Categorias e unidades de análise a partir da entrevista com o proponente da Lei n.º14274/2003

CATEGORIAS APRIORISTICAS	UNIDADES DE ANALISE
1. Apoio para criação da Lei	a) Estranheza e relutância. b) Negros votam e é grande número. c) Quando um projeto envolve grandes números de votantes, mesmo que haja relutância nos bastidores, frente à plenária ocorre sua aprovação.
2. Visibilidade para o autor	a) Homenagem do movimento negro do Município de Tibagi na Câmara dos Deputados. b) Alguns repasses de casos afirmativos de ingresso em cargos de alto escalão
3. Movimento após deliberação	a) Encaminhamento de ofícios para Câmaras de vereadores em municípios do Estado.
4 . Aceitação e visibilidade da Lei	a) Municípios que aderiram: Araucária, Bituruna, Colombo, Cornélio Procópio, Guapirama, Ibiporã, Nova Fátima, Ponta Grossa, União da Vitória.

6.3 INTERPRETAÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE

A finalidade do presente tópico é correlacionar as falas dos entrevistados às produções teóricas consultadas e entrelaçar uma narrativa que possibilite, a partir das questões de pesquisa e dos objetivos do estudo, amparados no instrumental metodológico, compreender e interpretar as unidades de análise. Os subtópicos

estão organizados, em um primeiro plano, a partir das questões emergentes do estudo, previstas no instrumental de coleta de dados, da entrevista semiestruturada, e em segundo plano, subdivididos em tópicos quaternários, emergidos das falas dos entrevistados, como unidades de análise do processo de análise de conteúdo, conforme Bardin (1978). Prioriza-se, na consolidação dessas unidades de análise, a correlação discursiva com os autores e com os dados presentes nos estudos, estando também atentos para o surgimento de aspectos novos acerca da questão abordada.

6.3.1 Promoção da diversidade étnico racial com o advento da Lei 14.274/03

A proposta da presente subcategoria foi verificar, a partir das falas dos entrevistados, a percepção dos efeitos da Lei 14.274 na promoção da diversidade étnica e racial no serviço público e como são notadas por estes os seus efeitos, de acordo com a propositura do texto legal, o cumprimento da cota de 10% sobre o quantitativo de vagas reservadas nos concursos públicos. Como unidades de análise para essa questão abordada junto aos entrevistados, emergiram as seguintes unidades de análise:

6.3.1.1 Insuficiência das cotas para a garantia de acesso e de efetivação no serviço público

A partir do extrato das falas dos entrevistados, se reconhece avanços na disposição da Lei, porém quanto à sua efetividade, a percepção é que na estrutura dos serviços tem sido notado um número de pessoas efetivamente contempladas, abaixo do esperado:

E4: Precisamos avançar ainda mais;

E6: Tenho notado, um número abaixo que deveria.

E7: Eu não percebo nenhuma promoção da igualdade racial no Paraná. Encontramos alguns professores negros nas escolas. Estão na escola e não chegam a assumir cargos de liderança. Até pouco tempo eu não conhecia essa na legislação.

A percepção apontada sobretudo pelo entrevistado E7, chama a atenção para aspectos que estão diretamente correlacionados à finalidade estrita da lei, no que diz respeito à igualdade racial no serviço público, denotando a partir de sua percepção que não há “nenhuma promoção da igualdade racial”, uma vez que não bastaria apenas a inclusão, mas o acesso a “cargos de liderança”, ou seja, estruturalmente, mesmo que seja possibilitada a inclusão mediante a efetivação das cotas previstas em lei, seria necessário haver igualdade capaz de possibilitar, de modo equânime, a ascensão de pessoas negras a todos os níveis hierárquicos. Outro aspecto apontado é como a população negra está ainda distanciada das questões inerentes à sua própria condição de direitos, sem prejuízo de culpabilização, uma vez que esses mecanismos de acesso e de compensação não são apresentados como meios de amplo conhecimento da população negra, sobretudo.

Se por um lado, é reconhecida como insuficiente a disposição jurídica e política de disponibilização da política afirmativa, por outro se aponta possivelmente para uma estratégia menos afirmativa e mais disseminada na mudança de cultura da sociedade e que também passa pela necessidade de afirmação da identidade da população negra no seu conjunto, o que faz com que a mesma possa ser reivindicada como uma parcela da sociedade com os mesmos direitos e deveres.

Quanto ao percentual de vagas destinadas a fim de gerar impacto do serviço público, os estudos apontam uma aparente contradição, que pode ser explicada a partir de duas constatações: no estudo desenvolvido por Souza (2010), o critério de disposição desse percentual de 10% pode não corresponder à proporção de pessoas negras, demandantes de inclusão nesse critério. Já no estudo desenvolvido por Muniz (2017), se mostra que os editais têm cumprido, no seu quantitativo de vagas, o percentual esperado.

Desse modo, o percentual destinado atualmente pela Lei 14.274 pode ser de fato inferior ao que se demanda para uma inclusão da população negra, de modo que possa gerar visibilidade real e reconhecidos pela própria população negra, na formação dos quadros do serviço público.

6.3.1.2 Dificuldades e preconceitos na promoção da diversidade pelas cotas

As políticas afirmativas carregam consigo um espectro de vantagens, porém despertam posições reativas, tanto entre a própria população negra quanto nos demais estratos sociais. Grande parte dessas crenças estão ligadas ao fato de que, em uma sociedade desigual, se perseguir o mito de que somos uma democracia racial e que os resultados dos processos seletivos e certames depende única e exclusivamente de desempenhos individuais e questões meritocráticas, desprezando-se as condições sociais e políticas dos candidatos.

E6: Mesmo com as cotas, temos candidatas ficando fora de cargo na educação em vários segmentos, e quando conseguem as vagas, são questionadas por estarem ocupando cargos que estão ocupando por direito previsto em leis.

Esses fatores devem ser tomados como parte do processo de seleção e de efetivação das vagas, mas não excludentes, porém se faz necessário compreender que o processo de lutas se deu em função do combate ao preconceito e discriminação racial, pela dificuldade de compreender que a discriminação racial é uma das causas das desigualdades sociais (Munanga, 2007), impedindo o acesso à educação e à mobilidade social.

6.3.1.3 Avanços na promoção da igualdade racial no serviço público

Há também, junto aos entrevistados, a percepção de uma pluralidade de expressões no interior das escolas. De que o cenário notado há 15 anos atrás não é o mesmo, quanto aos ataques raciais, e que todo o aparato legal disponibilizado à sociedade nesse período contribuiu para a mudança de paradigmas quanto às questões raciais.

E5: Acredito que nesses 15 anos as políticas afirmativas trouxeram um espaço mais democrático dentro das escolas, principalmente com relação aos alunos. Entre os alunos as relações melhoraram. (...) acredito que elas melhoraram, os ataques raciais diminuíram e o racismo, preconceito, também diminuíram nesses últimos 15 anos.

A sociedade se afirma então, como “dinâmica” (Fernandes, 2008), ou seja, mudanças, mesmo que em pequenas ações, mesmo que com insuficiente resultado de lutas seculares de uma população, começam a ser evidenciadas. Os seus resultados junto a uma geração, que embora careça ainda de fortalecimento da identidade como um fator político, como ressalta Nilma Lino Gomes (2012),

vislumbra a formação de uma sociedade democrática, como também defendia Florestan Fernandes.

6.3.1.4 Tensão entre uma geração de pessoas negras que reconheciam as dificuldades de acesso sem nenhuma mediação legal e uma geração de pessoas se autoafirmando em sua identidade étnica

Há um evidente hiato entre uma geração de pessoas negras, que reconhecidamente empreendeu esforços contra várias forças e contra o desenho de uma sociedade imersa em lutas de classe, por onde circulam diversos capitais nas mãos de pessoas privilegiadas e sem o devido reconhecimento social dos prejuízos e dos agravamentos que têm sofrido no processo histórico e social, e entre uma geração que tem buscado fazer da afirmação de sua identidade o ponto de partida para as questões de acesso à cidadania e garantia dos direitos humanos fundamentais.

Dentre os entrevistados há pessoas no serviço público que, embora concursados, não tiveram o seu acesso pela lei. Embora possa se tratar a priori de uma situação que do ponto de vista metodológico deva ser contornada ou registrada, serviu para refletir e reforçar o debate que vem sendo possibilitado a partir dos levantamentos de estudos e revisões teóricas, acerca da importância da afirmação de etnia como ponto de partida e de como a busca pelas garantias asseguradas em lei, não representa nenhum demérito, ressalvando-se que não é apenas papel da pessoa negra se dar o direito, mas principalmente de reconhecer os caminhos que a sociedade como um todo tem trilhado.

E5: Talvez as pessoas não tivessem conhecimento ou não avisaram e eu como uma pessoa negra não tive conhecimento da Lei quando eu fiz o concurso e também não procurei meus direitos (Em 2007).

E4: Eu vejo que os negros nas escolas não estão mais em grupos isolados como eram no meu tempo, há 30 anos. Hoje o que a gente vê é nós negros nos autoafirmar nos declarar e comunicar. O negro se gosta e não sente a temida vergonha de antes.

Assim, a segregação pode ser combatida a partir de um exercício diário e ininterrupto de inclusão e de igualdade, para além das questões subjetivas das pessoas negras, ou seja, nada temos de diferente a não ser as condições materiais e simbólicas que nada têm de naturais, que nada têm de justificáveis, a não ser que hegemonicamente, conforme bell hooks (2013), se direcionou todo o aparato do

Estado e da sociedade, dentre eles a educação, que ora precisa ser resgatada enquanto um instrumento de resistência às estratégias de colonização para um esforço contra hegemônico.

6.3.2 Relevância da política de cotas para a população negra

Nesta subcategoria, foi verificada a correlação que os entrevistados fazem acerca da importância atribuída à política de cotas respaldada pela Lei 14.274/03.

6.3.2.1 Processo em construção que colabora com a consolidação de direitos fundamentais para a população negra

Sob a perspectiva da fala dos entrevistados, houve uma mudança com o advento das políticas afirmativas quanto à ocupação de espaços antes destinados a parcelas privilegiadas da população. Processo que, embora iniciado, carece de continuidade em outras estratégias, para além dos dispositivos legais, encaminhando-se na direção de uma cultura de igualdade social.

E4: 15 anos da Lei trouxe essa afirmação dos negros, aliás, está trazendo ainda essa afirmação. Não trouxe totalmente, está fazendo.

E6: Precisa se valer da lei para que permaneça as Políticas Afirmativas para ter equidade nas concorrências, porque senão os privilegiados serão os mesmos.

Esse processo constitui-se de uma forma, que demanda outras estratégias, para a afirmação da população negra nos espaços de igualdade, resgatando a importância das lutas no sentido do combate aos privilégios. Assim, as falas encontram respaldo em Gomes (2012, p. 100) que reflete sobre “a relação entre direitos e privilégios arraigados em nossa cultura política e educacional”, como motivações para a adoção de cotas em uma sociedade profundamente desigual.

6.3.2.2 Reconhecimento da contribuição das políticas afirmativas e da necessidade de garantias de continuidade na busca pela igualdade no serviço público

As políticas afirmativas recentes, em franca expansão nas universidades e nos concursos públicos, resultaram em contribuições reconhecidas pelos professores entrevistados, destacadas como importantes, porém vistas com preocupação mediante a fragilidade dos direcionamentos políticos e de parte da sociedade em se posicionar contrária às mesmas. Conforme a fala de alguns dos entrevistados:

E6: No contexto atual, é importante que as autoridades políticas façam projetos de lei que garantam a permanência das Políticas Afirmativas. Se deixarem de existir, a desigualdade de servidores (as) em várias esferas públicas vai ser bem grande.

E7: É muito importante debater as políticas afirmativas sim, e hoje mais do que nunca. Também é importante divulgá-las para que possamos aumentar, intensificar e visibilizar a trajetória do povo negro no Brasil. Infelizmente em nenhum momento pude ser beneficiada por essa lei.

Acerca da positivação das políticas afirmativas, os entrevistados reconhecem a necessidade de compensações, como meios alternativos à desigualdade dos servidores, apesar de insuficientes, mas que não havendo, aumentaria ainda mais a disparidade entre os que conseguem a partir de critérios gerais de acesso e os que em função de prejuízos sociais e históricos tiveram acesso a menos condições de mobilidade social e a direitos fundamentais, como acesso à educação e cidadania plena. A temática de políticas compensatórias é encarada como um discurso atual, sendo “mais do que nunca” (E7) necessário de ser contemplado, dada sua urgência em uma sociedade que demanda cada vez mais a expressão de pluralidades e diversidades que sejam capazes de expressar no conjunto a composição da diversidade humana. Nesse sentido, há ainda a possibilidade de pensar a exclusão realizada no interior dos grupos, conforme denotado no segmento seguinte da fala do(a) mesmo(a) entrevistado(a), dando conta de que em nenhum momento pôde obter o benefício da lei.

Na perspectiva apontada por Moehlecke (2002, p. 203), denota-se um caráter transitório das ações afirmativas, que são “ações reparatórias, compensatórias ou preventivas” que visam corrigir “durante um período determinado” as situações de discriminação e desigualdade em algum tempo, através de “valorização social, política e econômica”. Desse modo, a fala dos (as) entrevistados (as) aponta ainda para a necessidade de reconhecer a “dinâmica” da sociedade conforme aponta Florestan Fernandes, saindo de um ponto para o qual ela não mais retorna, uma vez

que as políticas afirmativas produziram algum tipo de mobilidade e deslocamentos tanto na perspectiva de acesso ao ensino superior quanto de minimamente assegurar a igualdade de acesso no serviço público através dos concursos públicos, mesmo que em percentual reduzido. Essa mesma dinâmica também é aludida para uma possibilidade de que as políticas públicas possam representar desafios em transição da sociedade, particularmente na inclusão efetiva e gradual das pessoas negras, compreendendo como insuficientes no momento, porém fundamentais para o enfrentamento da questão de viés histórico e social.

6.3.2.3 Identidade étnica como ponto de partida para o acesso às políticas afirmativas

O reconhecimento da identidade surge como condição fundamental para o acesso aos direitos fundamentais. Nesse sentido a escola aparece como elemento crucial para que as pessoas negras possam alçar a condição de cidadania plena. Na fala do entrevistado, essa discussão deve se dar desde cedo, uma vez que o contrário fragiliza e expõe ainda mais o aluno, no caso, ao preconceito e à discriminação ao não possibilitar o reconhecimento subjetivo de sua identidade.

E5: no contexto atual devemos tratar desde cedo (identidade étnica), para que as pessoas primeiramente se aceitem como afro... porque vemos e percebemos que na educação escolar menos de 50% dos estudantes entendem desse assunto e se reconhecem como negro e/ou afro.

Como ressalta Nilma Lino Gomes (2012, p. 41), a identidade “não é algo inato” e tem a ver com os aspectos “sócio políticos e históricos de cada sociedade”, havendo a necessidade de um reconhecimento positivo das “práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares”, ou ainda na perspectiva de Munanga (2003, p. 187), com uma “tomada de consciência” de uma população que contribuiu e contribui em todos os tempos da história, tanto econômica quanto culturalmente. Nesse sentido é tarefa ineludível da escola e da educação o trabalho sobre a identidade e o reconhecimento desses alunos a partir de sua matriz étnica.

6.3.3 Repercussões da identidade dos professores negros optantes pela política de cotas sobre as suas práticas docentes

A educação como instrumento político, com repercussões sobre as práticas docentes, é a principal meta de averiguação nessa subcategoria. As questões raciais, em interface com o currículo, passam a ser mediadas pelos dispositivos legais e pela inclusão de professores pedagogos negros a partir desses dispositivos, além dos que preconizam o ensino da temática nos currículos, de acordo com as realidades educacionais da comunidade.

No contexto de estudo, as falas dos entrevistados deram origem a uma unidade temática que se encaminha na direção de tratar dessas questões e como repercutem junto à comunidade docente.

6.3.3.1 Repercussões e formas de atuação dos professores sobre temas como preconceito, pertencimento a comunidades tradicionais (quilombos) e obrigatoriedade da temática racial no currículo como enfrentamento da dívida histórica da população negra

A condição política dos professores negros, de forma indelével, faz parte do repertório pedagógico dos entrevistados. Esse lugar simbólico, e também político, tem evidenciado posicionamentos acerca da questão, levando a escola a discutir de maneira propositiva as questões raciais. Destaca-se ainda o papel das escolas nas comunidades tradicionais e da garantia de direitos fundamentais a essas populações, preservando o seu legado social e histórico, atuando a educação como possibilidade de criação de sentidos na luta pela liberdade.

Acerca da obrigatoriedade da discussão de temas ligados à pluralidade de expressões e de povos, nos quais a educação para a diversidade racial e étnica se enquadra, alguns dos entrevistados veem com preocupação até sintomática a obrigatoriedade, uma vez que essas questões precisam um dia alcançar um nível de conscientização que faça jus à plena igualdade dos sujeitos e suas culturas, passando a ser uma necessidade, ou seja, desvinculada de um contexto social onde o respeito ainda é encarado como uma obrigação legal e não como uma condição indissociada das relações humanas.

E5: Sim a partir do momento que me considere uma pessoa negra sempre me posiciono sobre o assunto e também trabalho essas questões com os meus estudantes. Trabalho com a formação docente no curso técnico aqui da

escola levo esse assunto como tema dentro das minhas aulas, estou trabalhando e até mesmo pretendo fazer um projeto para as próximas semanas para que eles apresentem para os outros sobre o tema raça. Tento conscientizar e presencio muitas frases de cunho preconceituoso por parte dos colegas. Temos que tratar disso nas escolas.

E6: Influenciou bastante, como sou negro quilombola, foi graça a Lei 14.274/03 que deu a condição da minha comunidade ter escola do Ensino Fundamental e Médio com currículo direcionado para nossa especificidade e me deu condições de continuar.

E4: A formação dos estudos étnicos raciais tem que deixar de ser obrigatório, e passar a ser uma necessidade não pode ser assim, as coisas, a obrigatoriedade, por obrigação: tem que se perceber quando é necessário não fazer. Na minha opinião é só porque precisa de 60 horas de formação na escola de cursos obrigatórios e não fazer porque tem que ser parte do dia a dia. Está entre nós essa cultura da obrigação e temos que respeitar e ofertar oportunidades igualitárias. Por isso que a gente está vivendo essa imposição dos estudos afro na escola. Elas podem se perder, nesse contexto atual ao deixar de ser obrigatoriedade e será vista como uma necessidade, isso é muito importante. Minha prática parte dessa análise de deixar de ser obrigatoriedade e sim necessidade de conscientização da sociedade com naturalidade em aceitar as políticas afirmativas.

A educação como prática da liberdade e contra hegemônica tem sido o fio condutor da discussão entrelaçada pelos autores de base do estudo, especialmente Paulo Freire, bell hooks e Fanon. A partir do legado desses autores, podemos pensar a história dessa pequena fração de educadores atravessada pelos conceitos chave desses autores, dentre os quais a “resistência”, a educação como “prática de libertação” (Freire, 2000), a “descolonização” como um processo histórico (Fanon, 2008) no qual a escola se inscreve, bem como a síntese proposta por bell hooks (2013), clamando pela “renovação da nossa mente” para a transformação institucional e social, de modo a convergir a escola para a vida, o ensino e o trabalho na diversidade cultural e no amor pela justiça e liberdade.

E7: O histórico aqui no Paraná e principalmente na cidade de Curitiba, as histórias silenciadas, história do povo negro e das políticas afirmativas. Precisamos levantar a questão de que temos uma dívida histórica com o povo negro e também aqui no Paraná, principalmente na cidade de Curitiba né (*sic*), porque é uma história silenciada, uma história escondida na intenção de invisibilizar e silenciar.

No contexto das relações raciais no Estado do Paraná, conforme aponta Souza (2010), a invisibilidade da população negra possui motivações históricas e que no contexto da população e da sociedade paranaense, a partir de suas composições primárias, relegaram a população negra a uma condição que dificulta

até mesmo a sua expressão como identidade étnica nos próprios indicadores, colaborando para uma sub-representação da população. Na perspectiva do entrevistado há a necessidade de enfrentamento do ponto de vista das questões pedagógicas, acerca dessas especificidades e do amplo conhecimento da dívida histórica com a população negra, tanto na cultura brasileira na sua totalidade, quanto especificamente no Estado do Paraná.

6.4 PRINCIPAIS INFERÊNCIAS A PARTIR DAS QUESTÕES PROPOSTAS PARA O ESTUDO

De acordo com Bardin (2004), as inferências são deduções lógicas possibilitadas a partir do contexto em que a mensagem é produzida de modo mais evidente, “o ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (2004, p. 39).

A principal e difícil missão desse tópico é, a partir das mensagens enunciadas, tendo como atravessamentos dessas mensagens a minha subjetividade, a complexa realidade da população negra, os autores que se prestaram a lastrear o presente estudo e, fundamentalmente, a tentativa de, a partir de um método, significar as falas pronunciadas pelos entrevistados e o conteúdo delas.

O modo de construção dessas correlações se deu a partir do retorno às questões que sulearam o estudo, como forma de produzir ao leitor, uma visão interpretativa, sabendo do risco que evidentemente isso representa, dada a pluralidade de significações que podem ser produzidas diante de um tema tão vasto e diante de um estudo de espectro que não pode ser generalizado, mas que foi produzido exatamente como ponto de discussão, propositando produzir referências de mudança, tanto para a educação como para a sociedade.

Acerca do impacto real da Lei e suas principais características pode-se inferir, a partir do recorte produzido pelo estudo, que ocorreu uma mudança a partir das políticas afirmativas na ocupação de espaços antes destinados a parcelas privilegiadas, sendo esse um processo deflagrado, que, porém, requer a adoção de outras medidas que estão para além dos dispositivos legais. Há em formação uma

cultura de identidade da pessoa negra, em afirmação como condição fundamental, onde a escola surge como elemento importante nessa formação.

As políticas afirmativas recentes, iniciadas a partir das vagas destinadas nas universidades e ora nos concursos públicos, trouxeram contribuições reconhecidas pela população negra, porém vistas com preocupação, diante da fragilidade dos direcionamentos políticos e de parte da sociedade em se posicionar contrária às mesmas, havendo um sentimento de desigualdade dentro da desigualdade, ou seja, no todo, a sociedade brasileira é tão profundamente desigual e tão profundamente despreparada para o exercício político de sua cidadania, que sequer chega a reconhecer as motivações históricas das políticas afirmativas e acredita que é apenas um dever legal, um direito a mais ou a menos, dependendo de quem é a classe beneficiária.

Em relação à sub-representação dos professores negros na sala de aula, se reconhecem avanços possibilitados pela Lei, quanto à disposição de vagas com essa finalidade, porém, quanto a sua efetividade, na estrutura dos serviços, tem sido notada uma quantidade abaixo da esperada de pessoas negras efetivamente contempladas. Por outro lado, as discussões de temas ligados às questões raciais e à discriminação, têm sido pautadas nas escolas e a segregação tem sido combatida a partir da naturalização da presença das identidades étnicas no contexto dos espaços escolares, tanto em relação aos professores, quanto aos alunos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em curso teve como finalidade produzir uma coletânea de informações, dados secundários e suscitar novos debates, além de estimular os já existentes, acerca da implantação e implementação da Lei 14.274/03, concomitante à 10.639/03 que, no Estado do Paraná, propõe a reserva de um percentual de dez por cento de pessoas autodeclaradas negras como ocupantes de cargo de professor pedagogo. A afirmação e legitimação da inclusão permite que cada estado tenha sua autonomia a partir da normativa, prevista no âmbito da Constituição Federal (Lei 12.990/14), no entanto esse dispositivo só veio a ser regulamentado após alguns estados, a exemplo do Estado do Paraná, implantarem sistemas próprios de acesso a políticas afirmativas.

As razões pelas quais a lei passou à vigência é fruto de um debate de protagonismo de diversas entidades civis, como o Movimento Social Negro, que a despeito da suposta “inexistência” da população negra que fizesse jus à ocupação desses cargos, havia uma “invisibilidade” dessa mesma população, camuflada por séculos de exclusão social e cultural, dentre outras formas de exclusão de viés sobretudo político, impactando diretamente na formação de nossas identidades.

Motivados por essas questões é possível refletirmos, por exemplo, o porquê de, em um ambiente de duas mil pessoas, conforme cotista racial, havia notado a presença de somente 10 negros. Ou por que não se conseguiu relacionar, na maioria das vezes, a necessidade do Programa de Cotas Raciais nos concursos públicos com esta ausência de professores pedagogos negros do Paraná? Ou por que ainda neste cenário ouviu-se a defesa das cotas sociais como sendo um processo justo, e das cotas raciais como não sendo justa, mesmo que em muitos ambientes, segundo os próprios atores, seriam de quase cem por cento de brancos? Afirma-se o sistema capitalista – competição desigual e desvantagem socioeconômica?

Outro ponto a ser observado, para além da implantação das cotas, é a qualidade destas ações, onde há debate que não leva em consideração a questão da identidade e representatividade racial, pois não se trata apenas de impor regras, mas restaurar direitos e ações para não inferioridade e não mero ativismo

desumanizado pois a tomada de consciência de identidade e pertencimento se faz a partir da imersão na realidade para assim construir ações transformadoras.

Um dos grandes desafios tem sido a pouca produção de dados e de indicadores sociais sobre o Programa de Cotas Raciais nos Serviços Públicos do Paraná concomitante à Lei Federal n.º 10.639/03 e Lei Federal n.º 11.645/08 que passa a incluir a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, e dos povos indígenas no currículo oficial da rede de ensino.

No caso dos dados que subsidiam a presente pesquisa, estes não existem ou pouco existe e não foram cruzados de modo a se constituírem como parâmetros, ou sequer foram disponibilizados. Assim sendo, é necessário estabelecer indicadores que comprovem a situação de desvantagem dos grupos raciais e dar visibilidade para estas situações, até mesmo no sentido de planejar políticas públicas de maneira mais assertiva, unindo forças para eliminar com a prática de discriminação para fazer valer a lei e passar por essa resistência.

Finalizo este trabalho com a sensação de ter apresentado algumas reflexões que podem configurar-se como útil para os estudos sobre a promoção da identidade étnica e racial no serviço público. Os dados apresentados neste trabalho propõem novas perspectivas, novos caminhos e a necessidade de novos estudos.

Apesar desse importante passo, isso não significa acomodação, pois, restam ainda um compromisso quanto à abordagem e colaboração na disseminação de uma cultura de visibilidade das questões étnicas e raciais na escola, como parte da prática educativa, não apenas por professores negros, embora se saiba que as questões identitárias e o modo como os professores lidam com tais fatores têm a ver diretamente com a forma pela qual sentimos as repercussões das políticas públicas de acesso compensatório e de favorecimento dos direitos humanos, além da afirmação das nossas identidades no sentido mais amplo.

Não paramos por aqui, somos frutos de uma história ancestral de resistência e uma das formas de resistir é compreender o presente momento e agir nele.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2005.

_____. Palácio do Planalto. **Lei n.º 12.990 de 09 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAMPOS, Claudinei José Gomes et al. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. In: **Revista brasileira de enfermagem**, 2004.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. **Portal de Periódicos**. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

COHN, Gabriel. A margem e o centro: travessias de Florestan Fernandes. In: **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.10, n. 28, p. 11-28, mai-ago, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. Globo livros, 2008.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda., 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda., 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CUNHA, Eudes Oliveira; CUNHA, Maria Couto; SILVA FILHO, Penildon. Direitos humanos e equidade: um olhar sobre as políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil. **Revista Educação Online**, v. 16, p. 66 - 89, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2007.

GOVERNO DO PARANÁ. Casa Civil. Sistema Estadual de Legislação. **Lei nº 14.274 de 24 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=252&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Trad. Marcello Brandão Cipolla. São Pulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica n.º 17/2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: **Anais do Seminário internacional as minorias e o direito**. Brasília: Conselho da Justiça Federal; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council, 2003. p. 85-153.

IBGE. **População do Estado do Paraná por cor e raça**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. (1985). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. Métodos de pesquisa em educação. In: **Educação em Revista**, v. 15, n. 02, 2015.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. São Paulo: LTC, 2011.

MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003. p. 39-67.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto Pereira (org.) **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói, RJ: EdUFF, 2005, p. 16-34.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo, Editora Autentica, 2009.

MARTINS, Pablo. Confluencias entre el pensamiento de Frantz Fanon y el de Paulo Freire: El surgimiento de la educación popular en el marco de la situación colonial. In: **Educação**. Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 241-256, maio/ago. 2012.

MÈSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

MUNIZ, Paulo Henrique. **A eficácia das cotas raciais nos concursos públicos do estado do Paraná**: uma abordagem a partir dos editais. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

OLIVEIRA, Neiva Afonso; PROENÇA, Kátia Aparecida Poluca; Josiane Beloni da CRUZ. Cotas Raciais Como Forma de Resistência Um Enfoque Freiriano. In: **Contexto & Educação**. Ano. 29. n. 92. Jan-Abr 2014. Editora Unijuí.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Paraná. Coordenação de Gestão Escolar (CGE). **O papel do pedagogo na gestão: possibilidades de mediação do currículo**. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/cge>. Acesso em: 03 agosto 2018.

RODRIGUES Auro de Jesus. **Metodologia científica completo e essencial para a vida universitária**. São Paulo: Editora Avercamp, 2006

SILVA FILHO, Penildon; CUNHA, Eudes Oliveira. As políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil sob a ótica da equidade. In: **IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Porto, Portugal. 2014.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **Ações afirmativas e inclusão de negros por cotas raciais nos serviços públicos do Paraná**. 2010. 457 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010.

_____. Ações Afirmativas nos Serviços Públicos como Estratégia de Combate às Desigualdades. In: **Grupos Vulneráveis Revista Eletrônica**. Maio de 2013.

Disponível em:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96336/2013_souza_marcilene_acoes_afirmativas.pdf?sequence=1. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM O EX-DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO – AUTOR DA LEI 14.274/03

Como surgiu o interesse em levar para bancada a proposição de lei?

Geraldo Cartário:

Foi sancionada pelo governador Requião e que a princípio ficou meio preocupado com em surgir casos contrários, nós estamos no Brasil que até agora não encarou a sua história, temos dois tipos de brasileiros: o que nasceu aqui e o que veio de fora, o que vem de fora com o propósito de ganhar dinheiro e não está preocupado com a história daqui; o que nasceu aqui nasceu escravo quer viver aqui e os de fora consideram os afrodescendentes de raça inferior, pelos que vêm de fora.

A história começa com o Noel, você pode até procurar falar com ele. Um rapaz de cor que eu conheci no interior do Paraná. Ele tinha o segundo grau e passou no concurso de escrivão da polícia e continuou estudando e se formou em direito. Enquanto ele era escrivão eu falava pra ele que deveria continuar estudando e não ficasse apenas como escrivão. Disse que ele deveria ser delegado.

E daí ele cursou direito e se inscreveu para o concurso para delegado. Eu, como era deputado naquele tempo, conhecia alguns delegados que faziam parte da prova final, a entrevista da banca examinadora, ele passou em tudo e na final, na entrevista na banca com os delegados que são a elite da polícia, todos raça branca e perguntei para um deles:

E o Noel? O Noel passou? Noel tá tranquilo, né?

Ele disse: Não, aquele negão chegou lá pra fazer a prova oral de camisa aberta, medalhão no pescoço, com uma bolsa e tal, e nós reprovamos.

Eu liguei para o Noel pois conhecia bem ele, e falei, Noel tá sabendo que você reprovou? O Noel disse: Não, eu passei em tudo. Eu disse: Sim, mas na última etapa você não passou, os caras reprovaram você porque você foi de camisa aberta tal e aquele negócio todo e aí.

Eu o apoiei nessa briga, contratei um advogado famoso Dr. Rouff e dei toda a cobertura, porque ele não tinha dinheiro para pagar e perdemos aqui na justiça do Paraná, e recorremos para Brasília. Uns 4 ou 5 anos depois a justiça STJ, mandou que ele fosse incorporado como delegado e fosse pago para ele os prejuízos

causados, aquele negócio todo. Bom, posteriormente, bem, isso foi uma prova de racismo, se ele fosse branco não teria acontecido isso, e aí ele foi incorporado como delegado de polícia, inclusive aqui na Fazenda Rio Grande e depois São Jose dos Pinhais. Hoje ele é advogado em São Jose dos Pinhais, Dr. Noel.

Aconteceu que eu conhecia do presidente o Instituto Afro brasileiro, do estado do Paraná. Bom, conversando com ele e em comum acordo com o instituto elaboramos esse projeto. Esse projeto eu fiz para evitar essas perseguições e essas barbaridades que se cometiam com a raça negra. Eu era apenas deputado estadual, não podia fazer uma lei federal, essa lei garante a todos afrodescendentes 10% para o trabalho. A minha foi bem antes que a lei para cotas em universidade.

Por essa lei que todos os concurso, seja tribunal de contas, tribunal de justiça, Copel, Sanepar, professores... tudo que é estadual que seja aberto concurso, 10% tem que ser fixado a reserva, e assim foi. E esse foi o motivo. Está correndo bem. No começo havia umas restrições por parte de algumas autoridades, que eram contrários, achando isso absurdo, mas não foi absurdo não, pois a prova de racismo eu tenho e está vivo, Dr. Noel. Tem o processo dele, porque ele não passou no concurso de delegado, por uma entrevista, ele foi vítima de racismo, este foi o motivo. Elaborei esse projeto, foi aprovado pela assembleia e sancionado pelo governador Requião.

Hoje eu sei que já tem Juiz que entrou a partir de reserva; não poderia ser diferente, alguém tinha que fazer alguma coisa, porque você coloca um branco e um negro, não dá outra! Se a nota for igual, se cada um tirou 5, o branco leva. O Brasil tem que cuidar do seu passado, da sua História, o povo que morreu carregando pedra nas costas, não tinha máquina, nós temos alguns exemplos. Essa estrada aqui de Curitiba, a Graciosa, foi feita por engenheiros negros. Se analisar a história do Brasil, o Brasil é conhecido através dos negros, Pelé, Garrincha, os atletas negros, mas na hora de encarar a coisa para colocar em termos de igualdade não se deixa acontecer isso.

Você entra no tribunal de justiça do Paraná, tem cento e poucos desembargadores e não tinha um negro. Se a população de afro é 42 ou 45% e você vê na assembleia 54 deputados não se vê negro, porque foi dificultado o acesso. E passam dificuldade para estudar, pois têm que trabalhar e muitas vezes não têm dinheiro para manter os estudos e depois que se formam sejam prejudicados em ingressar nos espaços públicos por ser de raça negra. Esquecem

que a raça negra é a raça primordial. O problema do racismo maior é de São Paulo pra cá, aqui no sul. São muitos discriminados. Aqui querem ser uma elite, uma elite migratória. Foi para resguardar direitos para os desbravadores do Brasil, aos maiores sofrendores da história do Brasil, foi o negro.

Como você sabe, o deputado, por muitos que sejam contra alguns segmentos, mas quanto se transforma em maioria eles ficam quietos. No caso, esse projeto traz uma abrangência de maioria prejudicadas e representam a maioria de votantes: o rico paga multa e não vota, mas os mais pobres têm que votar porque senão não têm acesso, bloqueia o título e os deputados sabem que o voto não tem cor. E o negro, quando vota, ele representa uma parcela muito forte e não existe um deputado do Paraná que diga que não quer voto de negro. “Eu não tive voto de negro!”, ninguém fala isso, mas no seu íntimo eles são racistas, isso a gente percebe, mas na hora de votar a lei todos ficaram quietos. Uns não votaram, estavam viajando, outros porque se ausentaram, mas a maioria foi pacífica. O Requião relutou um pouco para sancionar, achava que a gente tava entrando em uma esfera que não era nossa, que era federal, mas eu disse: “Não, o emprego é no Paraná, o que interessa, e dar abertura para concurso público” e nossa... E eu também encaminhei para as câmaras municipais que cada câmara fizesse sua lei de acordo com a nossa, como também outros estados do Brasil, pediram pra nós a lei e nós encaminhamos. Não sei se houve uma continuidade, se outros estados implantaram essa lei, se não implantaram... Câmaras de vereadores, algumas eu tomei conhecimento.

Dez por cento não é muito, eu fui devagar para não ser barrado e tivesse seguimentos. Eu fui cauteloso, mas a minha vontade seria 20%, mas para evitar que houvesse mais demora eu aceitei os 10%. Fui homenageado, pelo município com maior percentual de negros em Tibagi, no Paraná. Eu recebi um grupo na assembleia e fizeram um show na assembleia.

ANEXO 1 – MODELO DE QUESTIONÁRIO

Pesquisa: A visibilidade e percepção, presença de Negros por “Cotas Raciais” no Concurso Público do Paraná com enfoque nos professores pedagogos

Entrevistadora: Mestranda Veridiane Cristina Benato.

1. Nome: _____

2. Sexo: _____

3. Idade: _____

4. Local de nascimento (Cidade, Estado, País):

5. Que termo designa melhor sua cor ou identidade étnica ou racial?

R: _____

6. Fez seus estudos em instituições pública ou particular:

Ensino Fundamental _____

Ensino médio _____

Graduação _____

Pós graduação _____

7. Utilizou sistema de cotas para ingresso em alguma fase: _____

8. Ano de ingresso no serviço público _____

9. Você acha que a cor ou a identidade étnica ou racial é uma discussão importante?

() Sim 02 () Não 03 () Depende do lugar ou do momento

10. Você é a favor ou contra uma Política de Cotas para Negros no Concurso Público do Paraná?

R: _____

ANEXO 2 – QUESTÕES PARA ENTREVISTA

Roteiro da entrevista semiestruturada

1. Nestes 15 anos da lei 14274/03 de políticas afirmativas, você pode perceber de alguma forma uma promoção da diversidade étnico-racial docente no Estado do Paraná, no setor educação?
2. Em sua opinião, qual a importância de se manter, divulgar e optar as políticas afirmativas no contexto atual?
3. A política afirmativa – Lei 14274/03 influencia e/ou influenciou seu posicionamento e/ou suas práticas docentes?



TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Eu, _____,
RG _____, decidi, livre e voluntariamente, participar desta entrevista, **Representatividade Negra docente na Rede Estadual do Paraná, indicadores e relação com a política afirmativa, 14274/03** permitindo que a pesquisadora obtenha fotografia ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade da pesquisadora pertinente ao estudo e sob sua guarda.

Abaixo assinado, concordo em participar da entrevista e fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora VERIDIANE CRISTINA BENATO sobre a proposta e os procedimentos nela envolvidos.

Assinatura da pesquisadora – Veridiane Cristina Benato

Nome e Assinatura do (a) entrevistado (a)

LOCAL: _____ DATA: ____/____/____